

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

FERNANDA VALE DE SOUSA

**MULHERES E ÁGUA: PERSPECTIVAS,
DESIGUALDADES DE GÊNERO E GESTÃO
SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS NO
BRASIL**

São Carlos-SP
2023

FERNANDA VALE DE SOUSA

**MULHERES E ÁGUA: PERSPECTIVAS, DESIGUALDADES DE
GÊNERO E GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS
NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, campus São Carlos) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais¹.

Linha de pesquisa: Ambiente e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai

São Carlos-SP
2023

¹ Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Sousa, Fernanda Vale de

MULHERES E ÁGUA: PERSPECTIVAS,
DESIGUALDADES DE GÊNERO E GESTÃO
SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS / Fernanda
Vale de Sousa -- 2023.
87f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Frederico Yuri Hanai
Banca Examinadora: Dulcelaine Lucia Lopes, Monise
Terra Cerezini
Bibliografia

1. Políticas Públicas. 2. Percepção. 3. Protagonismo
Feminino. I. Sousa, Fernanda Vale de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Fernanda Vale de Sousa, realizada em 02/10/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai (UFSCar)

Profa. Dra. Dulcelaine Lucia Lopes (Fundação Araporã)

Profa. Dra. Monise Terra Cerezini (UNICAMP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus e à Nossa Senhora de Nazaré, pelas graças concedidas ao longo desta jornada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai, pela orientação e por todos os ensinamentos durante esse processo, contribuindo para meu desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal. Gostaria, ainda, de agradecê-lo pela amizade, parceria e confiança durante esses anos, por tantos momentos de apoio e acolhimento, que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Aos companheiros e amigos do grupo de pesquisa SUSTENTA (querido Sustentinha) por toda ajuda e todo apoio, disponibilização de materiais, dicas e conhecimentos. Em especial, gostaria de agradecer às queridas amigas que encontrei nessa equipe: Regina Nascimento, Roberta Dias, Milena Ghidini e Priscila Marconi, mulheres admiráveis, inspiradoras e pesquisadoras excepcionais. Obrigada por estarem sempre presentes nesse momento, sem vocês essa pesquisa não seria possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCAm) pela oportunidade de desenvolver meu projeto de mestrado, e também ao secretário Vinicius Freitas por toda ajuda, competência e paciência. Aos docentes do DCAM da UFSCar pelo conhecimento compartilhado.

Aos pesquisadores Dulcelaine L. Lopes Nishikawa, Monise Terra e Rodolfo Figueiredo pelas valiosas contribuições e sugestões durante a qualificação de mestrado.

À memória de minha avó Maria Rosamira Vaz, por todo amor e incentivo nos estudos, com quem gostaria de compartilhar essa conquista se fosse possível. À minha mãe Nilza Vale, pelo amor, suporte, pela sabedoria e força depositados em mim ao longo de toda minha vida, e por sempre estar presente, mesmo com a distância entre Amapá e São Paulo. Ao meu pai Antonio Carlos Soeiro por todo apoio e amor que me ajudaram na realização desta pesquisa.

Agradecimento especial à Camille Vasconcelos pela parceria, pelo amor e suporte ao longo desses anos. Também agradeço pela sua fé depositada em mim, quando eu mesma não tinha, e pela família que estamos construindo.

À amiga Luna Sidrim, pela amizade tão especial e forte que construímos, pelo carinho e apoio de todos os dias, até mesmo quando estávamos em continentes diferentes. À amiga Samara Freire, pelo acolhimento e carinho nessa jornada no interior de São Paulo.

Às protagonistas entrevistadas nessa pesquisa, que me receberam de forma acolhedora, receptiva, gentil e paciente, e com quem tanto aprendi dentro e fora do contexto do estudo. Agradeço-lhes profundamente por terem disponibilizado seu tempo, compartilhado suas histórias e seus saberes para que essa pesquisa fosse possível.

Agradecimentos a todas as mulheres aqui citadas, protagonistas nas águas e na minha vida, que contribuem para meu crescimento e fortalecimento e que me inspiram como profissional e mulher.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Epígrafe

*“Separadas pelo rio
unidas pelo grande mar
um mar de luta
um mar de pauta
um mar de querer
distintas pela cor, igualadas pelo amor
o amor da luta, o amor da causa, o amor e a dor.*

*Quando se quer ser mulher
e se entende o que quer
a busca, às vezes, dói.
Quando se quer ser mulher
e se decide o que quer,
a luta constrói*

*Separadas pelo Rio
unidas pelo um só sonhar
A liberdade, A igualdade
O mesmo amar*

*Quando se quer ser mulher,
e se entende o que quer
a busca, às vezes, dói.
Quando se quer ser mulher,
e se decide o que quer
a luta constrói.”*

Rosalva Silva Gomes

Resumo

SOUSA, Fernanda Vale de. **Mulheres e água**: perspectivas, desigualdades de gênero e gestão sustentável dos recursos hídricos. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, São Carlos-SP – 2023.

A água é um recurso fundamental nos aspectos ambientais, ecológicos, econômicos e políticos e, com o aumento de sua demanda, as relações humanas com água passaram a ser direcionadas à visão apenas utilitarista. No entanto, pode-se ir além nas associações entre o homem e água, que envolvem elos sociais e culturais, que têm sido esquecidos e, dentre eles, a relação mulher-água se faz presente, mas ainda pouco valorizada. São notáveis as assimetrias de gênero no controle, acesso e uso de recursos, bem como maior participação masculina em cargos públicos e de tomadores de decisão na gestão da água. Devido ao importante papel que as mulheres exercem na gestão e conservação da água, fez-se necessário o resgate de suas relações e das percepções femininas sobre a água, questionando-se sobre as desigualdades no contexto dos recursos hídricos no Brasil. Posto isso, a presente pesquisa objetivou investigar, identificar e analisar as diferentes relações das mulheres com os rios e as nascentes de água, assim como as perspectivas femininas para melhor gestão e conservação das águas. Para tanto, foi realizada uma Revisão Bibliográfica Sistemática, além de estudos de casos com 12 protagonistas femininas envolvidas com as águas, os rios e as nascentes, por intermédio da aplicação de entrevistas e, para a análise de resultados, utilizou-se o método análise de conteúdo. Os resultados demonstraram que há diferentes conhecimentos e valiosas visões das mulheres relacionadas à água para a gestão e a conservação desse recurso. Essas variedades referem-se ao contexto em que as protagonistas estão inseridas, bem como suas experiências de vida e forma direta da sua relação com a água. Entretanto, observa-se ainda no cenário atual a discrepância das relações desiguais da participação das mulheres na gestão de recursos hídricos, perpassando por variados campos, contextos, níveis de controle e de acesso, em se tratando das relações que ambos os gêneros têm com a água. A incorporação da perspectiva de gênero propõe abranger a participação e o empoderamento de mulheres em todas as etapas de tomadas de decisão, vislumbrando-se alternativas para diminuição destas assimetrias. Almeja-se maior inclusão feminina (contribuindo para o equilíbrio social) nos processos de gestão e de conservação da água, possibilitando e impulsionando a equidade de gênero e suas relações com a governança da água.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Percepção; Protagonismo Feminino.

Abstract

SOUSA, Fernanda Vale de. **Women and Water: Perspectives, Gender Inequalities, and Sustainable Management of Water Resource**. 2023. Dissertation (Master's Degree) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, São Carlos-SP – 2023.

Water is a fundamental resource in environmental, ecological, economic, and political terms, and as its demand has increased, the human relationship with water has shifted to a purely utilitarian view. However, it is possible to go beyond the associations between man and water, which include social and cultural links that have been forgotten, among which the relationship between women and water is present but still little valued. There are notable gender asymmetries in control, access, and use of resources, as well as greater male participation in public and decision-making positions in water management. Given the important role that women play in water management and conservation, it was necessary to look at their relationships and women's perceptions of water, questioning the inequalities related to water resources in Brazil. Therefore, this research aimed to explore, identify, and analyze women's different relationships with rivers and springs, as well as women's perspectives on better water management and conservation. To this end, a systematic bibliographic review was conducted, as well as case studies with 12 female protagonists involved with water, rivers, and springs, through the application of interviews, and the content analysis method was used to analyze the results. The results showed that women have different knowledge and valuable visions related to water for the management and conservation of this resource. These varieties refer to the context in which the protagonists are situated, as well as their life experiences and the direct nature of their relationship with water. However, the current scenario still shows a discrepancy in the unequal participation of women in the management of water resources, in different areas, contexts, levels of control, and access, when it comes to the relationship that both genders have with water. Incorporating a gender perspective aims to include the participation and empowerment of women in all stages of decision-making, with a view to alternatives to reduce these asymmetries. The aim is to achieve greater involvement of women (contributing to social balance) in water management and conservation processes, enabling and promoting gender equality and its relationship with water management.

Keywords: Public Politics; Perception; Female Protagonism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura metodológica e organização da dissertação	22
Figura 2: Localização geográfica das entrevistadas da pesquisa	60
Figura 3: Escolaridade das entrevistadas	62
Figura 4: Processo de codificação e categorização dos dados	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Campos e termos selecionados para busca nas bases Web of Science e Scopus.....	30
Tabela 2: Critérios de seleção dos artigos.	31
Tabela 3: Composição percentual por gênero nos cargos gerenciais dos Comitês de Bacia Hidrográficas Brasileiros, 2018-2019.	46
Tabela 4: Campos e termos selecionados para busca no Google.	57
Tabela 5: Perfil das entrevistadas.	61
Tabela 6: Códigos descritivos e frequência de ocorrência.	64
Tabela 7: Categorização dos dados.	65

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	12
1.1. Introdução e justificativa da pesquisa	12
1.2. Questões da pesquisa	17
1.3. Objetivo geral e específicos	18
1.4. Procedimentos metodológicos	18
Referências bibliográficas	23
CAPÍTULO 2	26
2.1 Introdução	26
2.2 Procedimentos metodológicos	29
2.3 Resultados e Discussões	32
2.3.1 Reflexões e discussões acerca da gestão das águas e a perspectiva de gênero	32
2.3.2 Conhecimentos tradicionais e específicos: mulheres indígenas e marisqueiras	36
2.3.3 Saúde ambiental e saneamento na vida de meninas e mulheres	40
2.3.4 Empoderamento e lideranças femininas nas águas	43
2.4 Considerações finais	47
Referências bibliográficas	48
CAPÍTULO 3	53
3.1 Introdução	53
3.2 Procedimentos Metodológicos	56
3.3 Resultados e Discussões	59
3.3.1 Relações das Mulheres com os Rios e as Nascentes de Água	63
3.4 Considerações finais	73
Referências bibliográficas	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA	78
ANEXOS	79
Anexo A	79

APÊNDICES.....	81
Apêndice A.....	81
Apêndice B.....	83

CAPÍTULO 1

1.1. Introdução e justificativa da pesquisa

Dentre os diversos e abundantes recursos naturais presentes no Brasil, a água detém um papel significativo e importante em vários âmbitos, seja na ecologia, economia, bem como no planejamento estratégico e social (TUNDISI, 2010). Porém, ao longo do tempo vem sendo esquecido o papel social, cultural e espiritual da água, bem como a sua força vital, depuradora e renovadora (SILVA; RODRIGUEZ; CABO, 2015). Verifica-se, assim, um controle sobre a água, de acordo com os interesses humanos, sejam eles benéficos ou não, principalmente relacionados às atividades econômicas e produtivas (SILVA; RODRIGUEZ; CABO, 2015).

São diversos os impactos oriundos da acentuação dos usos múltiplos da água, a exemplo da escassez, deficiência na qualidade e formação de conflitos (FOLEGATTI et al., 2010). À vista disso, a sustentabilidade dos recursos hídricos compreende a conservação de nascentes, o uso racional, a igualdade no acesso e controle de água, e ainda atuação dos usuários nas tomadas de decisão sobre ações desenvolvidas e manejo dos recursos (MILLER, 2004).

A gestão de águas foi durante muito tempo direcionada ao corpo d'água, ao abastecimento e à qualidade da água, e ainda na resolução de problemas envolvendo contaminações e desastres (TUNDISI, 2013). Hoje, observa-se que os conhecimentos tradicionais são imprescindíveis para a gestão e conservação das águas, em que se encontram perspectivas e concepções não reconhecidas pelo vigente planejamento de recursos hídricos (DICTORO; HANAI, 2019). Logo, uma gestão ineficaz de recursos hídricos pode ser determinante quanto à disponibilidade e ao abastecimento de água, às desigualdades e escassez de serviços (PICCOLI et al., 2016). De acordo com Souza et al. (2020), é fundamental entender que a participação coletiva deve conduzir a gestão dos recursos hídricos, na qual a água não é apenas “recurso estratégico e de mercado”. Dessa forma, deve-se considerar os aspectos econômicos, biológicos, políticos, culturais e espirituais das relações humanas com a água, para que a gestão e a conservação sejam realizadas de forma sustentável, integrada e democrática.

Dentre essas relações humanas, está presente a relação das mulheres com a água, que vai além do uso doméstico. Em alguns lugares, as mulheres utilizam a água em peregrinações de suas religiões, em outros, como locais de seca, são as mulheres responsáveis pela busca, pelo manuseio e abastecimento de água (ROSA et al., 2019). Em comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais, as mulheres também têm diferentes funções e visões em relação à água (SOARES, 2019). Na Amazônia, por exemplo, a água pode ser local de purificação e renovação, mas também envolve lendas e mistérios. A lenda do Boto, é uma das mais conhecidas narrativas do imaginário nortista, que compreende os seres dos rios amazônicos e mulheres da região, histórias criadas a fim de alertar sobre os perigos vindos no tráfego dos rios. Desse modo, se desenrolam perspectivas populares em diferentes locais e cenários.

Para melhor compreensão das relações das mulheres com as águas, é preciso entender o que são relações de gênero. Segundo Scott (1995), são relações sociais de desigualdade entre mulheres e homens, sendo resultantes da construção social dos papéis atribuídos a eles, e que se baseiam nas diferenças sexuais. Deve-se destacar que a ideologia patriarcal sempre esteve profundamente estabelecida nas relações de gênero, até mesmo no meio rural (CAMURÇA, 2013). Essas relações desiguais perpassam variados campos e contextos, inclusive em se tratando das relações que ambos os gêneros têm com a água.

Quando se trata da participação de mulheres na gestão de recursos hídricos, observa-se pouco espaço nas tomadas de decisão, nos comitês e outros grupos, nos altos cargos de decisão sobre água, sendo ocupados em sua maioria por homens (MELO, 2005). Geralmente, as tarefas exercidas por mulheres, como técnicas, se restringem a atividades secundárias, como transmissão de informações, e não à tomada e formação de opiniões (JACOBI; EMPINOTTI; TOLEDO, 2015).

Internacionalmente, a relação histórica mulher-água e a importância de integrar a perspectiva de gênero na gestão de recursos hídricos é reconhecida, principalmente pela relevância e fundamental atuação feminina para formação de uma sociedade sustentável (JACOBI; EMPINOTTI; TOLEDO, 2015; SOARES, 2019). A conferência de Dublin (WMO, 1992) conferiu avanços no contexto internacional, como o valor econômico da água sendo reconhecido, a

importância desta para o desenvolvimento regional e local, e ainda o enfoque no papel central das mulheres, sendo elas protagonistas no fornecimento, na gestão e conservação da água (TUNDISI, 2013). Este reconhecimento aparece entre os Princípios da Água de Dublin (WMO, 1992) no princípio 3², o qual ainda não ocorreu no que diz respeito à Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) constituída pela Lei 9.433/1997 no Brasil. Embora esta política seja a base da gestão dos recursos hídricos no país, e que dentre outros âmbitos, deve considerar os diversos aspectos geográficos e socioeconômicos das regiões brasileiras (ANA, 2017).

A perspectiva de racionalidade dominante em relação à água, tem invisibilizado saberes, práticas e experiências situadas, principalmente aquelas protagonizadas por mulheres, cujas relações com os corpos hídricos frequentemente transcendem a função utilitária. No contexto brasileiro, essa invisibilização se agrava diante das múltiplas desigualdades de gênero, raça e classe que atravessam o acesso, o uso e a governança das águas. Ainda que as mulheres desempenhem papéis centrais no cuidado cotidiano com a água, especialmente em comunidades tradicionais, rurais e periféricas, seu reconhecimento como agentes ativos na conservação e gestão hídrica é historicamente limitado. Suas vozes, conhecimentos e percepções são frequentemente excluídos dos espaços institucionais de decisão e da produção científica hegemônica, acarretando uma persistente sub-representação e desvalorização de suas contribuições.

Desta forma, se faz necessário notar as desigualdades entre homens e mulheres no tocante aos níveis de controle, uso e acesso aos recursos hídricos e assim, avaliar alternativas para diminuição destas assimetrias, visando análise de relações de gênero, maior inclusão feminina nos processos de governança da água e equidade de gênero – homens e mulheres usufruindo de deveres e oportunidades iguais (SOARES, 2019). A incorporação da perspectiva de gênero propõe abranger a participação de mulheres e homens em todas as etapas de tomadas de decisão (SOARES, 2019). Vale ressaltar,

² Princípio N° 3 - As mulheres têm papel principal na provisão, gerenciamento e proteção da água. Este papel de pivô que as mulheres desempenham, como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente diário, não tem sido refletido na estrutura institucional para o desenvolvimento e gerenciamento dos recursos hídricos. A aceitação e implementação deste princípio exige políticas positivas para atender as necessidades específicas das mulheres e equipar e capacitar mulheres para participar em todos os níveis dos programas de recursos hídricos, incluindo tomada de decisões e implementação, de modo definido por elas próprias.

que o estabelecimento de uma relação entre água e gênero, auxilia na governança, colaborando para o aumento da segurança e disponibilidade hídrica, e mitigação de vulnerabilidades dos usos múltiplos e diversos contextos socioambientais (SOARES, 2019).

Nesse contexto, deve-se atentar ao expressivo e profundo conhecimento que as mulheres detêm quanto à gestão e conservação das águas, sobre localização de corpos hídricos, e qualidade, manuseio e armazenamento (CHIFAMBA, 2014). Do mesmo modo, as funções das mulheres com relação aos recursos hídricos não devem ser direcionadas somente ao uso, como também aos saberes femininos na gestão e conservação desses recursos, por meio dos seus pontos de vista, costumes, condutas e experiências (GALLO; NAVARRO, 2018).

Vale ressaltar que na literatura é possível verificar pesquisas que compreendem e conectam a perspectiva de gênero e as questões ambientais, porém estas são mais recorrentes que os estudos relativos às relações de gênero e recursos hídricos (CARDOSO, 2003). Desse modo, Siliprandi (2009) indica o ecofeminismo que conduz as concepções acerca de conflitos e impactos ambientais às mulheres, e que estas detêm pontos de vistas diferenciados, podendo estar atrelados às relações de gênero, à divisão sexual do trabalho e às sensibilidades inerentes ao gênero feminino, e outros aspectos.

Neto e Jardim (2015) realizaram uma pesquisa participativa voltada às mulheres do semiárido, interior da Paraíba, e as suas relações de enfrentamento com a escassez de água na região. De forma semelhante, Funari e Pereira (2017) abordam as contribuições, percepções e lutas femininas nas áreas rurais de Pernambuco, frente às secas e os aspectos sociopolíticos relacionados. Outros estudos desenrolam-se em diferentes contextos, como a pesquisa de Jewett e Garavan (2018), que aborda as desigualdades no uso e controle dos recursos hídricos, a partir da perspectiva de mulheres indígenas em uma reserva nos EUA. Pesquisas como essas demonstram como as visões e os esforços das mulheres devem ser reconhecidos, estudados e valorizados, independentemente da região ou país.

Portanto, nesta pesquisa serão investigadas as relações das mulheres com rios e nascentes, a fim de reconhecer e alcançar o reconhecimento das mulheres protagonistas, visando analisar como suas respectivas visões e

percepções contribuem para gestão e conservação das águas no Brasil. Assim, visa-se identificar e compreender a relação mulher-água, de acordo com diferentes usos da água e contextos em que estão inseridas. Do mesmo modo, propõe-se questionar as desigualdades de gênero existentes na gestão de recursos hídricos, por meio do reconhecimento da atuação das mulheres. Para tal intuito, busca-se também investigar e explorar os diferentes estudos acerca do tema, conduzindo à elaboração de um panorama de pesquisas capaz de auxiliar na fundamentação desse estudo sobre as relações das mulheres com as águas.

Ao abordar essas questões e perspectivas, a pesquisa propõe uma leitura crítica e interseccional da gestão hídrica, contribuindo não apenas para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também para a formulação de práticas mais inclusivas, que reconheçam as mulheres como protagonistas na proteção e no cuidado com as águas. Com isso, pretende-se fortalecer uma perspectiva que articule gênero, ambiente e justiça hídrica como dimensões indissociáveis na construção de um futuro mais equitativo e sustentável.

Embora existam estudos que abordam a relação entre gênero e meio ambiente, especialmente a partir das perspectivas do ecofeminismo, da ecologia política feminista e da justiça ambiental, ainda são escassas as pesquisas que investigam de forma situada e interseccional as relações entre mulheres e águas no contexto brasileiro. Trabalhos de grande relevância como os de Rocheleau et al. (2013), Shiva (2016) e Siliprandi (2015) evidenciam a importância de reconhecer os saberes femininos na relação com a natureza, porém muitos desses estudos permanecem concentrados em contextos internacionais ou apresentam uma abordagem teórica mais ampla, com pouca ênfase em realidades empíricas específicas do Brasil.

Assim, o presente estudo propõe-se a avançar nesse campo ao articular dimensões simbólicas, práticas e políticas da relação mulher-água, com base em vivências concretas de mulheres protagonistas em diferentes territórios brasileiros. Ao investigar como essas mulheres percebem, cuidam, manejam e significam a água, e como essas experiências são invisibilizadas ou marginalizadas nas estruturas formais de gestão hídrica, a pesquisa busca preencher uma lacuna teórico-metodológica importante. Com isso, a pesquisa destaca quanto a combinação entre análise crítica de gênero, abordagem territorializada e valorização de saberes plurais, contribuindo tanto para a

ampliação do debate acadêmico quanto para a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas.

1.2. Questões da pesquisa

Diante do exposto, o presente estudo é motivado pelas seguintes questões de pesquisa, que visam aprofundar a compreensão sobre as relações entre mulheres e a água no contexto brasileiro:

- Quais são as formas pelas quais as mulheres se relacionam com rios, nascentes e outros corpos d'água em seus contextos territoriais, culturais e sociais?
- De que maneira as percepções, saberes e experiências das mulheres influenciam, ou podem influenciar, os processos de gestão e tomada de decisão sobre os recursos hídricos em suas comunidades e territórios?
- Quais saberes tradicionais, práticos e/ou ancestrais femininos contribuem para práticas sustentáveis de conservação da água, e como esses conhecimentos são, ou não, reconhecidos pelos sistemas institucionais de gestão hídrica?

Para essa pesquisa, o conceito de gestão das águas considerado envolve o conjunto de ações e procedimentos que compreende a política, os planos de uso, controle e proteção das águas, bem como o gerenciamento dos recursos hídricos. Logo, utiliza-se também o conceito de conservação das águas, que é entendido como práticas e normas que promovam o uso sustentável dos recursos hídricos. Sendo assim, é relevante destacar a denominação de governança proposta por Castro (2007), que agrega à governança da água, já que considera o debate de projetos e a definição de propósitos e mecanismos a serem pretendidos pela sociedade, além das tomadas de decisões realizadas por especialistas, havendo participação democrática.

1.3. Objetivo geral e específicos

O objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar as relações das mulheres com os rios e as nascentes de água, e suas respectivas visões e percepções para a gestão e a conservação da água.

Assim, a pesquisa abrangeu os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e contextualizar o panorama de pesquisas referentes às relações de gênero e água;
- Caracterizar e analisar as diferentes relações entre mulheres e as águas;
- Identificar e analisar as percepções das mulheres sobre gestão e conservação da água;
- Compreender os conhecimentos específicos femininos para melhor conservação e gestão das águas.

1.4. Procedimentos metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, combinando métodos distintos de forma complementar. A etapa quantitativa foi conduzida por meio de uma revisão sistemática da literatura, com critérios definidos para a seleção e análise de estudos relevantes, permitindo mapear tendências, lacunas e padrões relacionados ao tema. Paralelo a isso, a etapa qualitativa envolve entrevistas com protagonistas femininas, buscando compreender experiências, percepções e contextos subjetivos que não emergem apenas da literatura. A integração dos dois métodos permite uma compreensão mais ampla e aprofundada do tema, articulando evidências teóricas com narrativas empíricas. Além disso, ao apresentar um caráter exploratório, a pesquisa apresenta uma maior flexibilidade de planejamento e escolha de métodos (GIL, 2008), conforme abordagem mencionada.

Desta forma, esta pesquisa constitui-se de etapas sistemáticas para obtenção de dados e análise dos resultados. Primeiramente, para identificação do panorama de pesquisas relacionadas ao tema, foi realizada Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), por meio de levantamento bibliográfico de artigos científicos, livros, relatórios e outros documentos relevantes que tratam

dos temas relação mulher-água, perspectivas femininas, e gestão e conservação de água. Greenhalgh (1997) define a Revisão Bibliográfica Sistemática como um apanhado de estudos primários que integram objetivos e material e métodos bem definidos, sendo realizada conforme metodologia padronizada, precisa e reprodutível. A RBS é um método de pesquisa de alto rigor, na qual são determinados estudos sobre os referidos temas, utilizando-se de etapas sistematizadas de busca (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011).

No auxílio do desenvolvimento da revisão bibliográfica, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) da RBS com integrantes do Grupo de Pesquisa SUSTENTA da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), para realização de discussões e gerar contribuições acerca do método. Durante os encontros periódicos, o grupo teve papel importante na elaboração e aplicação de protocolos de pesquisa, e nas demais etapas de execução da RBS, como na seleção de palavras-chave e operadores e ajustes necessários no decorrer da pesquisa e análise de conteúdo.

Em conformidade com as etapas estabelecidas pelo Cochrane Handbook (COCHRANE, 2019), a RBS implica em definir a pergunta de pesquisa, identificar e eleger estudos de bancos de dados, como também avaliá-los e validá-los, para assim serem extraídos dados que serão analisados, comparados e expostos. Logo, os resultados devem ser interpretados, visando aprimorar a revisão. Por meio desses procedimentos, é possível gerar contribuições sobre o tema escolhido, e também colaborar com novos encaminhamentos das pesquisas (LINDE; WILLICH, 2003). À vista disso, a revisão bibliográfica foi efetuada nas bases de dados Web of Science e Scopus, para identificação e análise da literatura dos últimos cinco anos (2018 a 2022), período em que se considerou relevante para identificação das publicações mais recentes, que abordam o tema central sobre a relação da mulher-água, englobando outros tópicos como: rios, nascentes, córregos, bacia hidrográfica, gênero, participação feminina, liderança feminina, empoderamento feminino e igualdade de gênero.

No Capítulo 2, configurado no formato de artigo científico para facilitar a futura publicação, é apresentado o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados para a realização da RBS.

Na segunda etapa da pesquisa, com foco no aspecto qualitativo, adotou-se a princípio uma busca por mulheres protagonistas no Brasil envolvidas com as águas, rios e nascentes. A identificação das protagonistas deu-se por meio de uma busca sistemática pela plataforma Google realizada no ano de 2021, com métodos de pesquisa baseados na obra de Ochando (2017), do qual foram utilizados operadores de busca para alcançar nomes atuais relevantes para o estudo. O mecanismo adotado pela plataforma Google foi relevante para alcançar diferentes tipos de mulheres em evidência no Brasil, não somente no meio acadêmico, mas também contemplando outras relevantes fontes.

Uma vez que o estudo engloba seres humanos e relações sociais, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (Parecer nº 6.006.104/UFSCar), conforme ANEXO A - Aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Identificadas e selecionadas as mulheres protagonistas no Brasil, roteiros semiestruturados foram previamente elaborados para aplicação de entrevistas (APÊNDICE B), com os tópicos e questionamentos mais relevantes verificados pela entrevistadora, levando-se em consideração os saberes tradicionais, as subjetividades e as vivências das mulheres entrevistadas de diferentes localidades do país. Vale ressaltar, que é na pesquisa qualitativa que se trata de contextos e realidades que abordam valores e propósitos, entre outras particularidades das relações e eventos (MINAYO, 2000). Ainda, Deslandes, Neto e Gomes (1994) declaram que a entrevista é um método capaz de colher informações das falas dos sujeitos sociais entrevistados, em que a comunicação e a linguagem são essenciais.

Portanto, para caracterização das diferentes relações, foram aplicadas entrevistas com mulheres protagonistas e tornou-se possível investigar e analisar profundamente os diferentes conhecimentos e percepções das mulheres com a água, e para gestão e conservação desse recurso. Ademais, as entrevistas propiciaram a compreensão e análise das relações entre mulheres brasileiras em diferentes cenários com os recursos hídricos, havendo contato direto e indireto com seus discursos, e a eles atrelados seus valores, atos, convicções e aspirações.

No Capítulo 3, apresentado no formato de artigo científico para facilitar sua publicação, são apresentados detalhadamente os procedimentos metodológicos adotados na realização das entrevistas.

A análise de resultados sucedeu com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), desenvolvida em três etapas, que são: pré-análise; exploração do material; tratamento de dados e interpretação. A pré-análise consiste na organização e leitura prévia dos materiais, por meio da leitura flutuante, da escolha e preparação das entrevistas e documentos para análise. A exploração do material diz respeito à codificação e categorização dos resultados obtidos nas entrevistas, em que foram feitos recortes e enumerações, fazendo uso de critérios de classificação de acordo com a revisão bibliográfica elaborada previamente. Por fim, o tratamento dos resultados e a interpretação referem-se à validação dos dados, tornando-os significativos e respondendo ao problema proposto na pesquisa.

Desse modo, as entrevistas realizadas foram analisadas, criando-se códigos e categorias de acordo com as teorias da literatura, que foram capazes de revelar os diferentes elementos nas relações entre mulheres e água, assim como os fatores que diferenciam suas perspectivas quanto à gestão dos recursos hídricos.

A combinação das abordagens qualitativa e quantitativa visa capturar tanto a dimensão subjetiva e simbólica das experiências femininas com a água quanto padrões e tendências quantificáveis que possam surgir em seu processo. A abordagem qualitativa será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, histórias de vida e análise de narrativas das mulheres protagonistas, buscando compreender as percepções, saberes e práticas das mulheres em relação aos corpos d'água, bem como as desigualdades de gênero percebidas na gestão hídrica. Enquanto a abordagem quantitativa, será utilizada para sistematizar os dados provenientes de questionários com perguntas fechadas e escalas de percepção, permitindo mapear os perfis sociais e indicadores de participação feminina em processos de tomada de decisão sobre a água.

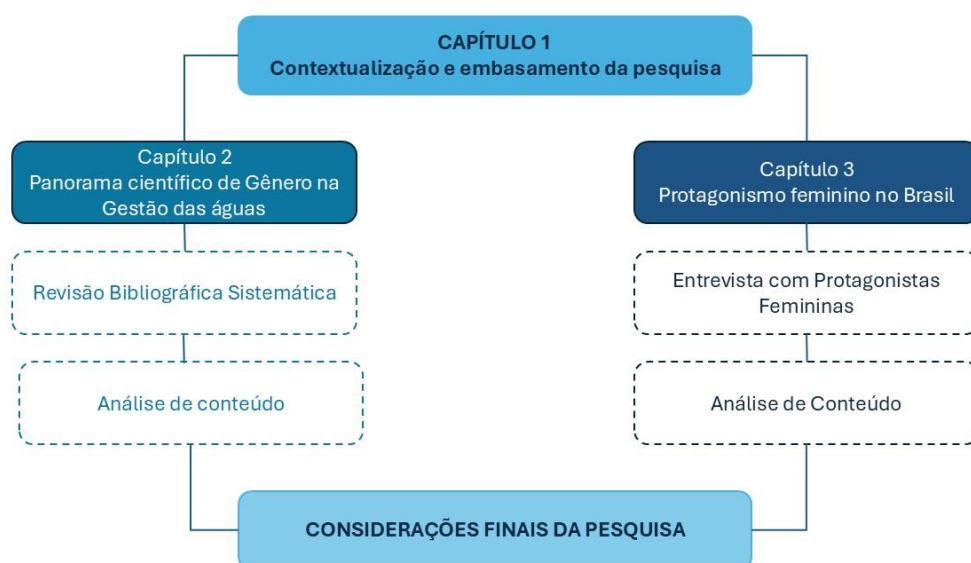
Logo, com os procedimentos metodológicos propostos na pesquisa, desde o levantamento bibliográfico, composição da revisão bibliográfica sistemática, identificação de protagonistas femininas, execução das entrevistas, até a análise dos resultados, pode-se identificar as diversas

relações mulher-água existentes e como os conhecimentos específicos femininos podem colaborar na conservação das águas no Brasil.

É importante destacar que as metodologias mencionadas ao longo desta seção, estão devidamente detalhadas em seus respectivos capítulos. Cada etapa do processo metodológico é descrita com precisão, incluindo os critérios adotados, os procedimentos de coleta e análise de dados, bem como as justificativas para as escolhas metodológicas, garantindo maior transparência e rigor científico à pesquisa.

Em síntese, a estrutura da pesquisa pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1: Estrutura metodológica e organização da dissertação



Referências bibliográficas

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/relatorio-conjuntura-2017.pdf>.2.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

CAMURÇA, A. M. **Mulheres e Agroecologia: possibilidades para sustentabilidade local da Comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

CARDOSO, M. L. M. **A demografia das águas na sua prática: O caso dos comitês de bacias hidrográficas de Minas Gerais**. Museu Nacional, 2003.
CASTRO, J. E. Governança da água no século XXI. **Ambient. soc.** v.10, n.2, p.97-118, 2007.

CHIFAMBA, E. Mainstreaming Gender in Pursuit of Millennium Development Goals in Water Resource Governance in Buhera, Zimbabwe. **International Journal of Social Sciences and Management**, v. 1, n. 1, p. 10–21, 15 jan. 2014.

COCHRANE. **Cochrane Collaboration Handbook**. The Cochrane Collaboration. Oxford: Update Software, n. 6, 2019. Disponível em: <https://training.cochrane.org/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1260–1266, 2011.

DESLANDES, S. F.; NETO, C. O.; GOMES, R. A Construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, n. 14, 1994.

DICTORO, V. P.; HANAI, F. Y. Relações Humanas com a Água: Perspectivas para Novas Abordagens na Sensibilização e Educação Ambiental. In: AGUILERA, J. G.; ZUFFO, A. M. (Eds.). **Enfoque Interdisciplinar na Educação Ambiental**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2019.

FOLEGATTI, M. V. **Gestão dos Recursos Hídricos e Agricultura Irrigada no Brasil**. In: BICUDO, C. E. M.; TUNDISI, J. G.; SCHEUENSTUHL, M. C. B. (Eds.). São Paulo: Instituto de Botânica, 2010.

FUNARI, J. N.; PEREIRA, M. C. DE B. Caminhos das Águas no Sertão no Pajeú: contribuições e lutas das mulheres camponesas na construção de uma convivência transformadora com o semiárido brasileiro. **Revista Pegada**, v. 18, n. 3, p. 124–152, 2017.

- GALLO, N. C.; NAVARRO, A. C. L. Mulher e Água: definições e novas representações. **Labor e Engenho**, v. 12, n. 2, p. 166–181, 29 jun. 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- GREENHALGH, T. Papers that summarise other papers (systematic reviews and meta-analyses). **British Medical Journal**, v. 315, n. 7109, p. 672–675, 1997.
- JACOBI, P. R.; EMPINOTTI, V.; TOLEDO, R. F. Gênero e meio ambiente. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 1, 2015.
- JEWETT, C; GARAVAN, M. Water is life – an indigenous perspective from a Standing Rock Water Protector. **Community Development Journal**, [S.L.], v. 54, n. 1, p. 42-58, 20 dez. 2018. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/cdj/bsy062>.
- LINDE, K.; WILLICH, S. N. How objective are systematic reviews? Differences between reviews on complementary medicine. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 96, n. 1, p. 17–22, 2003.
- MELO, L. A. **Relações de Gênero na Convivência com o Semi-árido Brasileiro: a água para o consumo doméstico**. In: II Congreso Iberoamericano sobre Desarrollo y Medio Ambiente, 2005, Puebla - México, 2005.
- MILLER, G. T. J. **Living in the Environment Part I - International Student Edition**. 13. ed. [s.l.] Thomson Brooks/Cole, 2004.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- NETO, M. I. D; JARDIM, G. S. A fonte que nunca seca: o trabalho cotidiano de mulheres com a água no Semiárido. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 10(1), São João del-Rei, 2015. p. 155-169.
- OCHANDO, M. B. Estrategias de búsqueda experta en Google. In: **Libros y manuales de la Documentación nº 7**), p. 110, 2017.
- PICCOLI, A. S. *et al.* A Educação Ambiental como estratégia de mobilização social para o enfrentamento da escassez de água. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 797-808, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015213.26852015>.
- ROCHELEAU, Dianne; THOMAS-SLAYTER, Barbara; WANGARI, Esther. **Feminist political ecology: Global issues and local experience**. Routledge, 2013.
- ROSA, A. M. R. et al. Políticas públicas e participação social: a importância de políticas públicas para as mulheres no setor da água. **Húmus**. v. 9, n. 26, p. 138-153, 2019.

SCOTT, J. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação e Realidade. v. 20 n. 2, p.71-99, 1995.

SHIVA, Vandana. **Staying alive: Women, ecology, and development**. North Atlantic Books, 2016.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, E. V.; RODRIGUEZ, J. M. M.; CABO, A. R. Educação Ambiental Aplicada ao Planejamento e Gestão de Bacias Hidrográficas. **Revista Geoamazônia**, v. 3, n. 6, p. 110–120, 2015.

SOARES, D. N. Módulo II - Articulação entre Gênero e Água. In: **Água e Gênero**. Brasília: ANA - Agência Nacional de Águas, p. 12. 2019

SOUZA, C. M. S. et al. Gestão das águas e governança: panorama da produção científica brasileira de 1999 a 2019. **Redes**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 1144-1163, 28 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v25i3.15218>.

TUNDISI, J. G. **Águas do Brasil: análises estratégicas**. In: BICUDO, C. E. M.; TUNDISI, J. G.; SCHEUENSTUHL, M. C. B. (Eds.). São Paulo: Instituto de Botânica, 2010.

TUNDISI, J. G. Governança da Água. **Revista UFMG**, v. 20, n. 2, p. 222–235, 2013.

WMO. **The Dublin State Rent and Report of the Conference on Water and the Environmental: Development Issues for the 21st Century**, 26-31, Dublin: Ireland, January 1992.

CAPÍTULO 2

MULHERES E RECURSOS HÍDRICOS: PANORAMA DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA GESTÃO DA ÁGUA

2.1 Introdução

Além de ser um recurso natural primordial à vida, à biodiversidade e aos ecossistemas, a água detém múltiplos usos (BRAGA et al., 2008). Ainda, seu caráter econômico tem grande relevância, visto que os seus usos múltiplos fomentam as economias locais, até mesmo regionais e nacionais (BRAGA et al., 2008).

No entanto, conforme o setor econômico avança e se modifica, torna-se ainda mais necessária uma gestão da água efetiva e participativa (TUNDISI, 2013). A partir da alta demanda dos usos múltiplos da água, têm-se diferentes impactos sobre este recurso, como a escassez na quantidade e a diminuição da qualidade de água, aumento no uso indevido do solo e dos recursos hídricos, além da geração de conflitos pelo uso da água (FOLEGATTI et al., 2010). Observa-se que as ambições humanas têm domínio da água, em que imperam principalmente os interesses relativos à economia e à produção (SILVA; RODRIGUEZ; CABO, 2015).

No que diz respeito à gestão das águas, é fundamental entender que esta ocorria de forma centralizada e setorial, focalizada nos corpos hídricos e na resolução de contaminação, enchentes, ocorrências de poluição, entre outros desastres (TUNDISI, 2013). A partir da Conferência de Dublin em 1992 e do Fórum Mundial da Água de 2000, percebeu-se avanços quanto à gestão das águas, tornando a governança uma prioridade, sendo integrada e preditiva (TUNDISI, 2013; WMO, 1992).

No contexto em que se instaurou a Conferência de Dublin, é importante mencionar que, no início dos anos 90, o mundo enfrentava crescentes desafios relacionados à escassez de água, à degradação de ecossistemas aquáticos e à má gestão dos recursos hídricos. A demanda por água estava em rápida expansão devido ao crescimento populacional, à urbanização acelerada, à industrialização e ao aumento da agricultura. Ao mesmo tempo, a oferta de água de qualidade estava diminuindo, com muitos cursos d'água e aquíferos

sendo poluídos ou superexplorados (WMO, 1992; DA SILVA et al., 2024). Assim, esse cenário de crise levou à necessidade de um novo paradigma para a gestão da água, culminando na realização da Conferência de Dublin.

Dentre os princípios orientadores da Conferência de Dublin, vale destacar que a água passa a ser considerada como recurso finito e vulnerável, que tem valor econômico e deve ser admitida como recurso natural, também a gestão das águas deve ser respaldada em uma abordagem participativa, e ainda, um dos princípios evidencia o papel de protagonismo das mulheres no fornecimento, gerenciamento e na conservação da água (WMO, 1992).

Diante disso, o uso racional da água, bem como a conservação das nascentes, as ações e tomadas de decisões dos usuários de água, e a igualdade no acesso e controle deste recurso são aspectos envolvidos na gestão sustentável dos recursos hídricos (MILLER, 2004). Ademais, a gestão e conservação das águas pode contar com os conhecimentos tradicionais, que englobam visões e percepções que não são legitimadas pelo sistema de gerenciamento e planejamento de recursos hídricos em vigência (DICTORO; HANAI, 2019). Do mesmo modo, as relações humanas com a água, sejam elas econômicas, biológicas, políticas, culturais e espirituais, devem ser reconhecidas para a efetividade de uma gestão sustentável, integrada e democrática dos recursos hídricos.

Nesse sentido, as relações das mulheres com as águas também devem ser consideradas. Como dito anteriormente, o papel das mulheres na gestão da água foi destacado nos Princípios da Água de Dublin, e a partir desse momento tem havido iniciativas para incorporação da perspectiva de gênero em programas de desenvolvimento hídrico (WAHAJ; HARTL, 2007).

A incorporação da perspectiva de gênero em programas de desenvolvimento hídrico tem sido reconhecida como essencial para promover a equidade, a eficiência e a sustentabilidade na gestão dos recursos hídricos. Estudos e documentos internacionais propõem iniciativas práticas para garantir que mulheres e homens participem de forma equitativa na formulação, implementação e monitoramento de políticas e projetos hídricos. A exemplo disso, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (UN Woman, 2014) destacam a necessidade de criar espaços institucionais para a participação efetiva de mulheres em comitês de bacia, conselhos de gestão e instituições comunitárias de água. Além disso,

ocorre a necessidade de integração da análise de gênero na elaboração de leis, regulamentos e planos de gestão hídrica, conforme destacado por Meinzen-Dick et al. (2014).

Mesmo ocorrendo avanços na participação feminina, é fundamental destacar que existem locais onde mulheres são encarregadas de buscar, manusear e realizar abastecimento de água, além de fazerem uso da água em suas religiões, por exemplo, e terem pontos de vistas diferentes quanto aos recursos hídricos em comunidades tradicionais (ROSA et al., 2019; SOARES, 2019). Porém, quando se trata da inserção de políticas envolvendo a questão de gênero, é perceptível que houve ineficácia, em virtude de resultados limitados obtidos. Este fato se deu por diversos fatores como a falta de conhecimento dos formuladores de políticas sobre o assunto, a falta de interesse e comprometimento, a ausência de habilidades e métodos relevantes, a carência de dados quanto ao gênero e as regras sociais predominantes (WAHAJ; HARTL, 2007). Vale lembrar que as desigualdades entre gêneros e o patriarcado sempre estiveram presentes na sociedade (CAMURÇA, 2013) e desdobram-se em diversos cenários, incluindo relações de gênero com as águas.

Em diversos países do Sul Global, as mulheres são incluídas formalmente em comitês de água ou conselhos comunitários, mas sem poder real de decisão. Em alguns casos, elas são indicadas apenas para cumprir cotas pré-estabelecidas, mas não recebem capacitação ou não participam efetivamente das reuniões (NARAIN, 2009; VIJ; NARAIN, 2016). Assim, a mera inclusão formal sem apoio estrutural acaba perpetuando desigualdades e reforçando o domínio masculino nas decisões técnicas e políticas tanto na gestão das águas como demais segmentos.

A narrativa da ineficácia também é destacada e vista fortemente em países da África subsaariana e no sul da Ásia, em que são criados fóruns participativos para mulheres, mas não consideraram barreiras como baixa escolaridade, responsabilidades domésticas e normas patriarcais que impedem a atuação ativa. Assim, sem considerar e/ou eliminar esses obstáculos estruturais, as políticas falham em promover participação real e equitativa (CLEAVER; HAMADA, 2010).

A atuação e o envolvimento de mulheres nos espaços de tomadas de decisão são pertinentes às suas necessidades, a exemplo das atividades

domésticas, que podem não ser levadas em consideração na governança da água e como de interesse público (MANDARA; NIEHOF; VAN DER HORST, 2017). À vista disso, faz-se necessário identificar e compreender os importantes conhecimentos sobre gestão e conservação das águas por parte das mulheres (CHIFAMBA, 2014). Uma vez que as atribuições femininas quanto aos recursos hídricos devem ser voltadas às necessidades, aos usos, saberes, costumes, às diferentes perspectivas e experiências (GALLO; NAVARRO, 2018).

Logo, é fundamental reconhecer e investigar os diferentes papéis que as mulheres exercem, as desigualdades que persistem, e as relações com a água, em diferentes contextos e realidades quanto ao uso, acesso e controle das águas. Dessa forma, o presente capítulo tem como objetivo identificar e analisar estudos e abordagens existentes sobre as relações entre mulheres e águas, rios e nascentes, a fim de contribuir nos estudos sobre água e gênero. Junto a isso, busca-se verificar aspectos, reflexões e conclusões acerca da questão de gênero e a gestão e conservação de água, com o intuito de formular um panorama atual de pesquisas referentes às relações de gênero e água.

2.2 Procedimentos metodológicos

Com o propósito de identificar e analisar estudos que abordassem a relação mulher-água, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória baseada na elaboração de uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS). Assim, realizou-se um levantamento de artigos científicos, livros, relatórios e outros documentos relevantes que apresentam os temas relação mulher-água, perspectivas femininas e de gênero, e gestão e conservação de água.

A RBS pode ser conceituada como um conjunto de estudos primários que incorporam objetivos e material e métodos, e que é efetuada de acordo com metodologia padronizada, precisa e reproduzível (GREENHALGH, 1997). Ainda, é considerado um procedimento metodológico rigoroso, posto que se faz uso de etapas sistematizadas de busca na determinação e seleção de estudos (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZZI, 2011).

A RBS é geralmente efetuada de acordo com as etapas estabelecidas pelo Cochrane Handbook (COCHRANE, 2019), que são: (1) definição da

pergunta de pesquisa; (2) localização e seleção de estudos relevantes, a partir de bancos de dados como Web of Science, Scielo e Science Direct; (3) avaliação e validação dos estudos, com o estabelecimento de critérios; (4) extração de dados, fazendo resumo e compilação dos aspectos específicos de cada estudo; (5) análise, comparação e apresentação dos dados elegíveis; (6) interpretação dos resultados; (7) aprimoramento da revisão. Assim, esse método pode auxiliar na integração de dados de vários estudos sobre o tema escolhido, capazes de salientar resultados discrepantes ou concordantes, como também ajudar no direcionamento das pesquisas (LINDE; WILLICH, 2003).

Com base nas etapas estabelecidas pelo Cochrane Handbook, realizou-se a RBS nas bases de dados Web of Science e Scopus, com o intuito de identificar, analisar e interpretar a literatura científica disponível acerca da relação mulher-água nos últimos cinco anos (2018 a 2022), período em que se considerou relevante e pertinente para a aquisição das publicações mais recentes, que abordam o tema central da pesquisa. Para tal, elaborou-se um protocolo de pesquisa com auxílio do Grupo de Trabalho sobre revisão bibliográfica sistemática do grupo de pesquisa SUSTENTA, da UFSCar, com o qual realizaram-se reuniões sazonais para continuidade do estudo. Assim, as palavras-chave selecionadas e combinadas foram: “água”, “rio”, “córrego”, “bacia hidrográfica”, “mulher”, “gênero”, “participação feminina”, “liderança feminina”, “empoderamento feminino” e “igualdade de gênero”, conforme apresentadas na Tabela 1. Além disso, os termos também foram empregados no idioma inglês e a busca foi realizada nos títulos, resumos e palavras-chave.

Tabela 1: Campos e termos selecionados para busca nas bases Web of Science e Scopus.

Campo 1		Campo 2		Campo 3
Water OR River OR Stream OR River Basin OR Watershed	AND	Wom?n OR “Gender* equality”	AND	Participation OR Leadership OR Empowerment

Fonte: Autoria própria, 2021.

Para seleção dos trabalhos, a triagem foi efetuada, por meio da elaboração de uma planilha no *software* Excel 2019, com informações relevantes à pesquisa, contendo: autores, título, resumos, palavras-chave,

objetivo do estudo, periódico de publicação, local do estudo, principais métodos utilizados, resultados significantes e conclusões. No total foram encontrados durante a pesquisa 523 trabalhos publicados, e com base nesses dados, procedeu-se à análise de conteúdo dos artigos e demais documentos. Ademais, aplicou-se filtros para seleção dos estudos (conforme Tabela 2), de acordo com áreas de concentração, leitura das informações principais na introdução, até a leitura do texto completo de cada documento.

Tabela 2: Critérios de seleção dos artigos.

Filtro 1	período de 5 anos (2018 a 2022)
Filtro 2	áreas de concentração
Filtro 3	idiomas português e inglês
Filtro 4	resultados duplicados

Fonte: Autoria própria (2021).

Por conseguinte, foram descartados os estudos duplicados, indisponíveis para download, e que os títulos e palavras-chave não indicaram relação com a temática proposta, totalizando 84 documentos. Após a leitura dos objetivos, métodos e resultados, 73 documentos foram selecionados e definidos como sendo relevantes para a revisão da literatura relacionada ao tema da pesquisa.

A determinação dos documentos foi relacionada a seus conteúdos serem estritamente relacionados a abordagens existentes sobre as relações entre mulheres e águas, rios e nascentes, para que assim fossem abordados os aspectos, reflexões e conclusões acerca da questão de gênero e a gestão e conservação de água. E, para conseguir abstrair essas informações, fez-se uso das premissas da análise de conteúdo, estabelecidas por Bardin (2016).

Segundo Bardin (2016), as premissas fundamentais para análise de conteúdo são:

- Exatidão - necessidade de um processo sistemático e metódico, no qual a organização, codificação e categorização dos dados sigam critérios claros e replicáveis;

- Objetividade - busca reduzir a interferência das opiniões pessoais do pesquisador, orientando a interpretação pelos dados em si e pelos contextos em que estão inseridos;
- Inferência - permite extrair sentidos mais profundos do conteúdo analisado (intenções, valores e ideologias), relacionando essas mensagens ao contexto social, cultural ou institucional em que foram produzidas.

Essas premissas de Bardin (2016) sustentam o método em suas três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação dos resultados, garantindo que o processo investigativo seja ao mesmo tempo flexível e rigoroso.

2.3 Resultados e Discussões

Como citado anteriormente, os principais resultados da revisão bibliográfica deram-se pela seleção de 73 trabalhos, cerca de 14% do total coletado (523 itens). Porém, muitas áreas do conhecimento não se enquadraram à proposta da pesquisa, como por exemplo áreas de saúde, botânica e zoologia, sem conexões com o tema acerca da relação mulher-água.

Desta forma, os trabalhos foram selecionados e classificados por temáticas, sendo: a gestão das águas e a perspectiva de gênero; saúde ambiental e saneamento na vida de meninas e mulheres; conhecimentos tradicionais e específicos de mulheres indígenas e marisqueiras; e empoderamento, e lideranças femininas nas águas. Os detalhamentos e artigos identificados são vistos a seguir.

2.3.1 Reflexões e discussões acerca da gestão das águas e a perspectiva de gênero

Com o conteúdo obtido por meio da RBS, aborda-se o panorama geral das principais pesquisas que relacionam o papel da mulher na governança das águas, bem como as contribuições dos autores quanto ao desenvolvimento de uma gestão de recursos hídricos mais eficiente nos países e continentes em

que os estudos estão inseridos. Ainda, apresentam-se os estudos de caso que abordam as diferentes funções da figura feminina.

A dinâmica de gêneros é uma categoria de análise relevante, tanto quanto a de classes a de raças, uma vez que possibilita diferenciar distintas relações sociais e de poder (SÜLÜN, 2018). A gestão de recursos naturais também pode se beneficiar desta categoria de análise por incorporar temas amplos como políticas macroeconômicas, contribuições ao desenvolvimento sustentável, conhecimentos e autoridade, dentre outros (SÜLÜN, 2018). Assim sendo, a relação entre gênero com a gestão e governança hídrica é um tema de pesquisa importante, dados os papéis sociais atribuídos às mulheres, bem como as desvantagens políticas e econômicas, tornam este grupo de pessoas mais vulnerável aos problemas relacionados com a água (SÜLÜN, 2018).

Em geral, as relações destacadas entre as mulheres e a água estão vinculadas com seu uso para atividades domésticas e de cuidados com as próximas gerações, mas isso não assegura suas participações em processos decisórios relacionados com a água (SÜLÜN, 2018), nem esgota a miríade de vínculos existentes. Este tópico apresenta alguns estudos de caso e pesquisas que evidenciam a relação de pessoas do gênero feminino com água, bem como sua presença e atuação na gestão e governança hídrica, selecionados conforme metodologia empregada de coleta de dados.

Em um estudo realizado na Nigéria, notou-se que, embora a nação seja signatária da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas e de outras conferências que indicam a necessidade de que as mulheres participem da gestão das águas, isto não se traduziu em leis e regulações que integram a perspectiva de gênero nas bacias hidrográficas, gerando uma barreira à participação das mulheres no setor hídrico (ADEOTI, 2021). Mudanças poderiam caminhar neste sentido caso houvesse mudanças efetivas nas principais políticas e instrumentos jurídicos relacionados com a água, bem como com o uso de incentivos financeiros (ADEOTI, 2021).

Na Índia, foi relatado de acordo com Varua et al. (2018) que, apesar de existirem políticas públicas voltadas às mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e de acesso à água, mantém-se a percepção de que o uso realizado da água é estritamente doméstico. Assim sendo, faz-se necessário que estas políticas sejam adaptadas para o potencial de geração de renda das mulheres também seja considerado (VARUA et al., 2018).

Também é importante destacar a esse meio, as vulnerabilidades da mulher quanto a estrutura vinculada a água, por exemplo. Indianas residentes na periferia de Nova Déli (capital da Índia) evitam por muitas vezes em beber água no volume recomendado para saúde por ter medo de ir ao banheiro, que por muitas vezes, fica em uma região externa a casa e ocorre uma grande concentração de homens. Essas mulheres acabam temendo por sua integridade física e mental, uma vez que ocorrem muitos casos de violência sexual (BBC, 2023). Elas acabam resumindo suas idas ao banheiro para apenas uma vez no dia, sempre sendo acompanhada por um grupo maior de mulheres. Assim, fazem suas higiênes sempre ao amanhecer ou entardecer, ficando o dia todo segurando urina, bem como outras necessidades fisiológicas. Sendo assim, insegurança a qual são acometidas, acaba acarretando problemas de saúde nessas mulheres devido a ingestão de água e exposição à altas temperaturas (BBC, 2023).

Sobre a presença de mulheres na governança e gestão hídrica, na Índia, notou-se a presença de mulheres somente para cumprir “cotas” femininas (KUMAR; KUMAR, 2022). As políticas existentes de integração da mulher não consideram sua marginalização social e cultural, não dando condições da participação feminina se efetivar como potencial de integração de diversas formas de capital (KUMAR; KUMAR, 2022).

Em relação à governança das águas subterrâneas, baseada em comunidades da Etiópia, identificou-se que as mulheres têm usos voltados à produção de alimentos para a família e usos domésticos, despendendo muito tempo para ter acesso à água para suas atividades (NIGUSSIE et al., 2018). Contudo, apesar da importância dos seus papéis, inclusive à sustentabilidade dos mananciais, a gestão é praticamente exclusiva aos homens (NIGUSSIE et al., 2018). Isto foi atribuído à cultura patriarcal das comunidades estudadas, que afetam o empoderamento e disposição das mulheres em participar destes processos (NIGUSSIE et al., 2018). É importante destacar que essa prática não é apenas comum nessas comunidades da Etiópia, mas de diversas outras encontradas na África Subsaariana e sul asiático, conforme destacado por Clevaer e Hamada (2010).

Um estudo realizado por Devonald et al. (2022) em diferentes regiões da Etiópia constata que, embora existam medidas de proteção social que promovem a igualdade de gênero em circunstâncias agravadas pelas

consequências das mudanças climáticas (como secas que afetam a segurança alimentar), ainda existem desafios substanciais especialmente relacionados com adolescentes mulheres.

O estabelecimento de uma política que facilita o acesso à posse da terra por mulheres, por exemplo, reduziu desigualdades entre os gêneros, uma vez que também trouxe facilidades no acesso à água para irrigação, de acordo com Imburgia (2019). Em um estudo integrativo que analisou a situação de comunidades rurais que dependem de irrigação na Etiópia e na Argentina, notou-se ampla desvantagem de acesso a recursos, capital, informação, conhecimento e tempo às agricultoras mulheres, afetando suas capacidades de adaptação às situações desfavoráveis relacionadas com as águas e com as mudanças ambientais (IMBURGIA, 2019). Entretanto, a autora destaca que aprimorar a capacidade das produtoras rurais mulheres traz benefícios aos demais atores, não se restringindo a este grupo (IMBURGIA, 2019).

A falta resiliência à seca em uma ilha da Indonésia, cujo cenário tem se agravado dada às consequências das mudanças climáticas, também foi atribuída à desigualdade de gênero, bem como à dificuldade de promover capacidade de participação de mulheres em situação de pobreza, de falta de água e seca (SUSILORINI et al., 2021). Já em um contexto metropolitano da Indonésia, Asteria et al. (2018) afirmam que a proteção de rios urbanos é beneficiada pelas abordagens de gestão hídrica baseadas na igualdade de gênero, construídas com a proatividade da participação feminina que estabelecem capital social, por fortalecerem a união e a confiança entre os atores.

A maioria das mulheres (76%) residentes em duas bacias hidrográficas distintas da Índia (Meghraj e Dharta), que participaram de uma pesquisa, acreditam que tem chances iguais às dos homens para serem selecionadas para participar dos comitês de gestão hídricas. Contudo, poucas delas (aproximadamente 15%) reconheciam suas capacidades para contribuir nesses espaços (VARUA et al., 2018).

Em uma ampla pesquisa realizada com funcionários do setor hídrico, nos Estados Unidos da América, registrou-se que autodeclaradas mulheres sentem-mais fortemente discriminadas por seus gêneros, e outros fatores sociais, que os homens autodeclarados nos ambientes de trabalho, afetando suas perspectivas de crescimento na carreira (HAEFFNER, et al., 2021).

A gestão e a governança das águas podem se beneficiar, portanto, de estratégias de educação que partam da abordagem de gênero, da emancipação e do conhecimento local dentro das perspectivas e experiências femininas (ADAMS; JURAN; AJIBADE, 2018; ASTERIA et al., 2018). Contudo, é necessário que as políticas públicas considerem outros aspectos (para além dos relacionados com a formação técnica e emancipatória), sob a lente da justiça de gênero, para assegurar a presença e efetiva participação de mulheres na gestão governança hídrica (HAEFFNER et al., 2021).

2.3.2 Conhecimentos tradicionais e específicos: mulheres indígenas e marisqueiras

Neste tópico, aprofunda-se nos poucos estudos envolvendo conhecimentos tradicionais femininos e águas nos últimos anos, identificando os tipos de comunidades envolvidas nos casos, observando os casos internacionais e nacionais, quais as semelhanças, disparidades, ambiguidades e outros aspectos.

A contribuição do conhecimento tradicional feminino é uma parte fundamental da herança cultural e ecológica de muitas comunidades em todo o mundo. Por gerações, as mulheres desempenham papéis essenciais na preservação e transmissão desses saberes, influenciando positivamente as dinâmicas sociais e ambientais de suas regiões. Assim, explorar a relevância contínua desse conhecimento tradicional, por meio de casos reais, ilustra-se de maneira concreta como continuam sendo uma força impulsionadora para o bem-estar social e ambiental em diferentes contextos culturais e geográficos.

A eutrofização do Lago Atitlán, localizado na Guatemala, constitui uma problemática ambiental significativa, cujos impactos ultrapassam os limites ecológicos e afetam de forma desproporcional as comunidades indígenas locais, em especial as populações maias. Este fenômeno compromete não apenas o equilíbrio do ecossistema aquático, mas também ameaça profundamente a identidade cultural e comunitária, além de restringir o acesso à água potável, à segurança alimentar, às oportunidades de trabalho e aos serviços de saúde dessas comunidades (ASHDOWN et al., 2022).

Foi documentado por Ashdown et al. (2022), as percepções da comunidade maia de Santa Cruz La Laguna (Guatemala) em relação à qualidade da água, destacando a necessidade de melhorar a comunicação sobre a complexidade do problema. Nesse contexto, surge a observação de diferenças de gênero nas percepções, com homens e mulheres enfatizando diferentes abordagens para resolver a questão.

As mulheres, em particular, destacam que todos os membros da comunidade têm a responsabilidade de melhorar a qualidade da água, destacando a importância de incorporar o conhecimento tradicional feminino na gestão dos recursos hídricos (ASHDOWN et al., 2022). Além disso, observa-se a necessidade de diálogo intercultural e da participação ativa das comunidades locais nas discussões sobre o futuro do lago. Isso não apenas fortalecerá a conscientização sobre o problema da eutrofização, mas também reconhecerá o papel fundamental que as comunidades locais, incluindo as mulheres, desempenham na busca por soluções sustentáveis (ASHDOWN et al., 2022). No entanto, reconhece-se as limitações do estudo em termos de tamanho da amostra e natureza qualitativa dos dados, recomendando a realização de pesquisas adicionais em várias comunidades maias na bacia do Lago Atitlán para abordar a variabilidade entre as comunidades e promover uma gestão mais eficaz dos recursos hídricos.

Em última análise, Ashdown et al. (2022) destacam que, a colaboração e parcerias com as comunidades locais emergem como elementos essenciais na melhoria das condições do Lago Atitlán. Nesse sentido, um estudo de mulheres indígenas da América do Norte elaborado por Dennis e Bell (2020), destacou a profunda conexão entre elas e a Terra, ressaltando também mudanças violentas que ocorreram durante a colonização. Ademais, foi enfatizada a importância das mulheres indígenas como líderes na resistência às injustiças ambientais, especialmente em face das crises ambientais contemporâneas. O foco recai sobre a atuação das protetoras da água Dakota no movimento *#NoDAPL* nos Estados Unidos e das protetoras da água *Anishinaabe* nas “Mother Earth Water Walks” no Canadá, destacando o papel crucial que desempenham na defesa do meio ambiente (DENNIS; BELL, 2020).

Há recomendações para assistentes sociais que desejam apoiar efetivamente as mulheres indígenas, incluindo a necessidade de reconhecer e respeitar o conhecimento tradicional feminino, além de apoiar a luta contínua

contra o colonialismo e a busca pela soberania indígena (DENNIS; BELL, 2020). Ao seguir e apoiar essa liderança indígena na proteção da Terra, não apenas se desafia dinâmicas coloniais, mas também se oferece a melhor esperança para a sobrevivência do planeta e de todas as relações nele contidas.

Ainda nesse contexto abordado, são destacadas as persistentes lacunas no reconhecimento das doenças ocupacionais, com um foco especial nas mulheres marisqueiras expostas ao petróleo devido à pesca desembarcada. É reconhecida a necessidade urgente de priorizar políticas de saúde pública que considerem esse grupo como uma prioridade, levando em consideração suas vulnerabilidades específicas, incluindo questões relacionadas à gravidez. Além disso, é mencionada a carência de seguros e benefícios sociais para essas trabalhadoras, o que tem sérias repercussões nas condições de vida de suas famílias (SILVA et al., 2021). No entanto, aponta-se, também, uma crítica fundamental: a falta de atenção adequada à identidade de gênero feminino; e às experiências específicas das mulheres trabalhadoras (SILVA et al., 2021).

Embora enfatize a importância da participação ativa das marisqueiras nas discussões, Silva et al. (2021) destaca que a ausência de políticas e programas adequados reflete uma negligência das questões de gênero que permeiam a saúde ocupacional e as políticas de assistência social. Ao investigar a situação dessas mulheres frente ao desastre de óleo ocorrido na costa do Brasil, os autores informam que é essencial que futuros esforços se concentrem não apenas na mitigação dos impactos ambientais e de saúde decorrentes da exposição ao petróleo, mas também na promoção da equidade de gênero, garantindo que as mulheres trabalhadoras sejam devidamente reconhecidas e apoiadas em sua busca por condições de trabalho seguras e justas.

Em um outro estudo, Hania e Graben (2020) exploram a lacuna evidente na participação das mulheres indígenas na governança de recursos naturais no Canadá. A argumentação se concentra na importância de reconhecer e respeitar as responsabilidades de governança historicamente mantidas por mulheres indígenas, especialmente no contexto da gestão da água. Este reconhecimento é ancorado em sistemas legais indígenas que conferem às mulheres indígenas uma relação única com a água, fazendo delas guardiãs e porta-vozes da água. A perspectiva indígena feminista de contar histórias é

fundamental neste debate, destacando três princípios-chave: a capacidade das histórias de facilitar o diálogo e a compreensão; sua capacidade de revitalizar o papel das mulheres na governança; e sua habilidade de diversificar as normas da governança de recursos (HANIA; GRABEN, 2020).

Estes princípios formam a base das recomendações políticas apresentadas, enquanto o reconhecimento da complexidade das questões de gênero é enfatizado, indicando a importância de uma abordagem sensível na incorporação de histórias de gênero nas práticas de governança contemporâneas. Além disso, pôde-se notar em outros trabalhos, como o de Freitas et al. (2020), o destaque do papel, muitas vezes, subestimado das mulheres na indústria da pesca.

Segundo Freitas et al. (2020), embora as mulheres representem 47% da força de trabalho global na pesca, suas contribuições frequentemente passam despercebidas. No entanto, o co-gerenciamiento de arapaimas³ introduziu uma mudança significativa nesse cenário, oferecendo às mulheres uma fonte inovadora de renda por meio da pesca e um reconhecimento sem precedentes de sua participação nas atividades pesqueiras. Esse gerenciamento proporcionou às mulheres amazônidas uma fonte de renda proveniente da pesca, que antes era uma atividade predominantemente masculina. Isso não apenas contribui para a autonomia financeira das mulheres, mas também equilibra a dinâmica de poder de gênero e melhora o bem-estar das famílias, incluindo o cuidado infantil e a saúde (FREITAS et al., 2020). Além disso, esse gerenciamento representa um exemplo de inclusão das mulheres em uma atividade tradicionalmente dominada por homens, demonstrando como o conhecimento e as habilidades tradicionais das mulheres podem ser valorizadas e incorporadas em esquemas de gestão de recursos.

Embora ainda haja desafios a serem superados, esse caso oferece uma visão promissora de como promover a equidade de gênero nas indústrias extrativistas, reconhecendo e respeitando o conhecimento tradicional das mulheres. É importante reconhecer que desafios persistem, e a promoção da equidade de gênero requer um esforço contínuo para garantir a participação significativa das mulheres e o respeito por seu conhecimento tradicional. Essas experiências podem servir de modelo para iniciativas semelhantes em todo o

³ Peixe pirarucu (*Arapaima Gigas*) da Amazônia.

mundo, buscando valorizar e empoderar as mulheres em setores econômicos diversos.

Os conhecimentos tradicionais das mulheres indígenas e marisqueiras representam formas complexas e legitimadas de saber, desenvolvidas a partir de uma relação profunda com seus territórios, ecossistemas e relações com as águas. As mulheres indígenas, em sua maioria, detêm saberes sobre biodiversidade, plantas medicinais, práticas agrícolas e espiritualidade, constituindo uma visão holística do ambiente que desafia os modelos fragmentados do conhecimento ocidental. Já as marisqueiras, por sua vez, demonstram domínio sobre os ciclos das marés, o comportamento das espécies e os ecossistemas costeiros, atuando como guardiãs dos manguezais e da sustentabilidade local. Apesar de sua relevância evidenciada, esses saberes são sistematicamente invisibilizados pelas políticas públicas, pela academia e pelas estruturas de poder coloniais e patriarcais, deixando essas mulheres em segundo plano ou até mesmo esquecidas.

Essa marginalização reflete uma interseção de opressões de gênero, raça, território e classe, que limita o reconhecimento institucional e a participação dessas mulheres na gestão e na formulação de políticas. Em um contexto de intensificação das mudanças climáticas e da degradação ambiental, os conhecimentos tradicionais dessas comunidades se revelam fundamentais para estratégias de resiliência, conservação e adaptação. Assim, reconhecer e valorizar esses saberes não é apenas um ato de justiça, mas uma necessidade urgente para a construção de sociedades mais equitativas e sustentáveis.

2.3.3 Saúde ambiental e saneamento na vida de meninas e mulheres

Neste tópico, dá-se enfoque aos estudos de caso que compreendem projetos de saneamento e higiene para meninas e mulheres em trabalhos de outras partes do mundo. O acesso à água, ao saneamento e à higiene (WASH⁴) é um direito que devia ser assegurado a todos os seres humanos, sejam eles homens, mulheres ou crianças, conforme a Resolução 64/292 da

⁴ Iniciais de palavras no idioma inglês: Water, Sanitation, and Hygiene (WASH).

Assembleia Geral das Nações Unidas de 2010 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (SCHERER et al., 2021). Mas, na prática, ocorrem alguns equívocos principalmente relacionados às mulheres e crianças.

De acordo com Anderson et al. (2021), ao estabelecer programas inclusivos da WASH, a presença e a participação ativa das mulheres são fundamentais. Essas mulheres, na grande maioria das vezes, estão à frente das atividades que envolvem a água em uma comunidade, seja ela por atividades domésticas ou com os animais, conforme evidenciado em distritos do Nepal (Ásia). Essas atividades, segundo Tseklevs et al. (2022), são direcionadas às mulheres e crianças também na África Subsaariana, em que muitas delas direcionam grande parte do seu dia para buscar água em poços distantes da comunidade correndo riscos de saúde, como quedas e maior carga hídrica do que seus corpos suportam, bem como o encontro com animais selvagens da região. Além disso, Abu, Bisung e Elliot (2019) destacam que as mulheres ainda precisam conviver com o medo de serem violentadas sexualmente e mortas no trajeto da busca por água, deixando-as cada vez mais inseguras e vulneráveis.

Anderson et al. (2021) destacam que, mesmo vendo-se a necessidade e incentivos de inclusão dessas mulheres nos programas e ações de saneamento e higiene, na prática surgem muitos desafios como realizar a inclusão sem dar o devido direito de fala a essas protagonistas. Além disso, Tseklevs et al. (2022) ressaltam que esses incentivos, em sua maioria, são dados por voluntariado, ou seja, as mulheres irão dedicar boa parte do seu dia a essa atividade sem receber nenhum valor financeiro para isso, o que, segundo os autores, acaba se tornando um fardo a essas mulheres já que as demais atividades que elas realizam será prejudicada por despender tempo ao voluntariado.

As desigualdades da WASH também se relacionam às questões biológicas e culturais. De acordo com Scherer et al. (2021), a limitação de recursos e instalações da WASH acarreta prejuízos na saúde da mulher e crianças, principalmente quando visto infecções e doenças transmitidas por helmintos. Os autores também destacam que as desigualdades da WASH se associam à mortalidade materna e neonatal. Mas a injustiça e a desigualdade são ainda mais agravadas quando se trata de mulheres com algum tipo de

deficiência, chegando a ser excluídas de reuniões e privadas do conhecimento, como evidenciado no Camboja.

As falhas nas instalações da WASH trazem prejuízo aos seus usuários. Ao realizar uma pesquisa em Gana (África Ocidental) com líderes comunitários da região, Dery et al. (2021) destacaram que é difícil conseguir adotar boas práticas de higiene se a WASH não estiver estabelecida. Um dos exemplos dados refere-se à falta de banheiro em residências, que acarreta a defecação a céu aberto, trazendo prejuízos ao ambiente e à saúde. Além disso, em Gana, as instalações de WASH têm um custo muito alto, deixando grande parte da população sem acesso a esse direito. Os autores ainda pontuam que, quem tem chuveiro instalado em casa, são famílias de maior porte financeiro, enquanto os demais devem recorrer a poços, que por muitas vezes, ficam distantes de suas residências ou são de posse privada. Pensando em mitigar esse problema, uma das soluções pensadas no Quênia é melhorar o sistema de captação da água da chuva, para que ao menos as famílias não precisassem dispor de muito dinheiro ou recorrer aos poços privados, conforme evidenciado por Abu, Bisung e Elliot (2019).

Associado à falta de instalações e acessos à WASH, Dery et al. (2021) destacam o desemprego e a conseqüentemente falta de dinheiro para itens essenciais. Em alguns casos, tem-se o acesso às instalações, mas não se tem recurso para compra de itens básicos associados à prática de higiene, como o sabão, por exemplo. Esse fator traz prejuízos ao psicológico feminino, principalmente nos períodos menstruais em que a higiene é ainda mais necessária. Abu, Bisung e Elliot (2019) verificaram que muitas mulheres no Quênia deixam de sair ou frequentar as escolas nesses períodos por medo de cheirar mal, ficando totalmente constrangidas com a situação a qual se encontram.

Bisung e Dinckin (2019), ao realizarem um estudo em Gana e na Burkina Faso (África Ocidental), destacaram que é fundamental a capacitação e o empoderamento das mulheres quanto a WASH. Afinal, são elas que estão à frente no que se relaciona ao uso da água para atividades domésticas de sua família, e esse papel é passado por gerações. Assim, seu entendimento e poder de fala se tornam essenciais para qualquer tomada de decisão que venha a ser elaborada, bem como, estabelecer ações visando a igualdade de gênero e sua segurança.

Como visto, apesar de a Resolução 64/292 da Assembleia Geral das Nações Unidas e os ODS reconhecerem o acesso à água, ao saneamento e à higiene como um direito humano fundamental, muitos projetos implementados em diferentes partes do mundo falham em considerar as necessidades específicas de meninas e mulheres.

Em diversas regiões, especialmente em contextos de pobreza ou instabilidade, as políticas públicas e iniciativas internacionais ainda adotam uma abordagem tecnicista e universalista, desconsiderando as dinâmicas de gênero, culturais e sociais que estruturam o cotidiano feminino. A falta de infraestrutura adequada para o manejo da menstruação, por exemplo, leva à evasão escolar de meninas, à exclusão de mulheres de espaços públicos e ao agravamento de desigualdades já existentes.

Além disso, muitos desses projetos são elaborados sem a participação efetiva das mulheres nas decisões, o que acarreta soluções mal adaptadas às realidades locais. A ausência de perspectivas que levem em consideração não apenas o gênero, mas também raça, classe e território, compromete a eficácia e a sustentabilidade das ações de WASH. Em vez de empoderar, algumas iniciativas reforçam estigmas, ignorando saberes tradicionais e modos de vida comunitários. Assim, garantir o direito à água e ao saneamento com justiça de gênero exige repensar os modelos de planejamento e implementação, priorizando a escuta ativa das mulheres e a valorização de seus conhecimentos, experiências e necessidades.

2.3.4 Empoderamento e lideranças femininas nas águas

Quanto à presença de mulheres em lideranças e cargos relacionados à gestão e à conservação das águas, é fundamental verificar como estão sendo abordadas as assimetrias de gênero nesses espaços. Considerar a igualdade de gênero nos setores privados e públicos é ponderar que não se trata apenas da semelhança na quantidade de pessoas contratadas. Assim, como defende Walby (2000), a igualdade de gênero tem como meta o empoderamento e a participação de ambos os sexos dentro das instituições, buscando entender

como as diferenças entre eles podem agregar valor em seus respectivos papéis desenvolvidos, bem como em seus desempenhos.

Segundo Stiegler (2003), é de responsabilidade dos governos, em suas diferentes instâncias, disseminar políticas públicas que visem atender a igualdade de gênero, compreender os impactos causados nas vidas das mulheres e em seu empoderamento, e, também fomentar a participação social.

Bennett et al. (2008) corroboram que a participação social é o meio que possibilita que as mulheres consigam defender as bandeiras da igualdade de gênero, e, portanto, conquistem mais espaços de poder de decisão. As questões de igualdade de gênero dentro das políticas públicas de água começaram a ser impulsionadas no ano de 1992, com a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, que ocorreu em Dublin. Essa conferência ressaltou a importância das mulheres na provisão, gestão e proteção dos recursos hídricos, por meio do terceiro princípio da Declaração de Dublin (BREWSTER et al., 2006):

O papel fundamental das mulheres como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente, raramente se refletiu em arranjos institucionais para o desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos. A aceitação e a implementação deste princípio exigem políticas positivas para atender às necessidades específicas das mulheres e capacitar e empoderar as mulheres para participarem em todos os níveis nos programas de recursos hídricos, incluindo a tomada de decisões e a implementação, de formas definidas por eles (ONU, 1992).

As políticas públicas direcionadas a participação das mulheres nos processos decisórios devem possibilitar o fortalecimento do processo de empoderamento das mulheres, o acesso a crédito e assistência técnica específica às mulheres, projetos e programas que garantam a geração de renda para as mulheres, a valorização e a visibilidade do trabalho das mulheres, a capacitação das mulheres para o acesso a políticas públicas, entre outros (SOARES, 2009). Nesse sentido, a inserção das mulheres nas políticas faz com que a igualdade de gênero oriente condutas e ações governamentais e privadas, concomitante ao desenvolvimento dos aspectos da sustentabilidade.

A partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é possível identificar no ODS número cinco que existe a preocupação com a maior participação da mulher nas tomadas de decisão que envolvem a água. Esse

ODS indica que a inclusão de mulheres causa “efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável” (UN, 2015). Rosa (2019) aponta que quando se relaciona o ODS cinco às questões pertinentes à gestão e conservação das águas, o envolvimento feminino aumenta a eficácia e eficiência dos arranjos de governança da água. Mais do que a participação e inserção das mulheres nos espaços e nos processos de tomadas de decisão, é necessário que o gênero feminino seja considerado para os cargos de liderança dentro da gestão das águas.

Um estudo realizado por Rosa et al. (2023), com base no relatório Geral do Exercício de 2018 da ANA (Agência Nacional das Águas), que buscou identificar a presença de mulheres dos cargos de liderança nesta instituição, levantou que os cargos na Agência são divididos em três níveis: liderança estratégica; liderança intermediária; e liderança técnica. No ano pesquisado, a ANA contou com 142 colaboradoras do gênero feminino, representando 38% do quadro geral de funcionários, enquanto o gênero masculino contou com 236 homens, ou 62% do quadro geral. Na liderança estratégica, a divisão é de 67,5% de homens e 32,5% mulheres; na liderança intermediária, 54% de homens e 46% mulheres; e na liderança técnica 82% de homens e 16% mulheres. Os dados demonstram a predominância do gênero masculino em detrimento do feminino, mas que há uma distribuição entre os cargos de liderança que são mais bem remunerados, estratégica e intermediária. Já na liderança técnica, menor remuneração das lideranças, o gênero masculino é o predominante. Esses números retratam a preocupação com a inserção das mulheres nos cargos de liderança e que medidas estão sendo direcionadas para que haja um equilíbrio e igualdade de gênero.

O mesmo estudo também analisou os órgãos gestores estaduais são órgãos específicos com a função de realizar a gestão da água, com base na pesquisa, informativa, voluntária e não padronizada, realizada pelo Comitê Pró-Equidade de Gênero, com objetivo de identificar os cargos de secretários e dirigentes. A pesquisa foi aplicada no ano de 2019 e apontou que os estados do Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Norte, possuem predominância de mulheres no quadro de colaboradores. Por outro lado, quando analisados os cargos de direção e liderança, a grande maioria ainda é composta por homens, sendo 75% homens, e 25% composta por mulheres (ROSA et al., 2023).

Evidenciando que iniciativas são necessárias para que a igualdade de gênero seja eficaz nos ambientes de tomadas de decisão quando a gestão das águas no âmbito estadual.

Ao analisar os Comitês de Bacia Hidrográfica Brasileiro, Rosa et al. (2023) apontam a discrepância na quantidade de homens e mulheres inseridos nos cargos gerenciais, Tabela 3. O estudo foi realizado nos principais Comitês Brasileiros, pois parte dos Comitês contém dados desatualizados.

Tabela 3: Composição percentual por gênero nos cargos gerenciais dos Comitês de Bacia Hidrográficas Brasileiros, 2018-2019.

ANOS	2018		2019	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Regiões Brasileiras				
Centro-oeste	32	63	32	57
Nordeste	28	69	32	68
Norte	26	74	26	74
Sudeste	25	74	20	80
Sul	24	72	37	63

Fonte: ROSA et al. (2023)

Sendo os Comitês de Bacia Hidrográfica importantes órgãos que possuem o poder de decisão, e que cumprem papel fundamental na elaboração das políticas para gestão das bacias, é imprescindível que este órgão busque equidade de gênero, tratamento às mulheres com igualdade, empoderamento feminino, e, principalmente, respeito às diferenças.

A presença das mulheres em papéis de liderança, gestão e tomadas de decisão que visem a conservação das águas, vai ao encontro com a diversidade e com a democracia esperada nos ambientes destinados à representação política (MATOS et al., 2020). As questões relacionadas à água, enquanto elemento essencial à manutenção da vida, necessitam de espaços que contemplem discussões ampliadas e inclusivas, que sejam capazes de incorporar todos os indivíduos de forma equilibrada.

2.4 Considerações finais

As discussões em torno da gestão das águas evidenciam um cenário global marcado por desigualdades estruturais e pela ausência de abordagens integradas que considerem a diversidade de contextos sociais, culturais e ambientais. Embora o acesso à água seja reconhecido como um direito humano fundamental pela Resolução 64/292 da ONU, a implementação prática desse direito ainda é limitada, sobretudo quando se observa a situação de populações vulnerabilizadas. O modelo dominante de gestão hídrica, muitas vezes tecnocrático e centralizado, falha ao não incorporar as especificidades de gênero, raça, território e classe social, negligenciando as experiências e necessidades reais das comunidades mais afetadas.

Em particular, a exclusão das mulheres dos processos de decisão e das estruturas formais de governança da água tem reforçado desigualdades e impedido a construção de soluções verdadeiramente sustentáveis. Mulheres indígenas e marisqueiras, por exemplo, carregam consigo saberes tradicionais profundamente enraizados na relação com os ecossistemas hídricos. Esses conhecimentos, acumulados por gerações, envolvem práticas de cuidado, manejo sustentável e leitura dos ciclos naturais que poderiam contribuir de maneira significativa para estratégias de preservação e uso racional da água. Porém, o não reconhecimento institucional desses saberes acarreta políticas públicas descontextualizadas e, muitas vezes, ineficazes.

Além disso, a crise da água se manifesta de forma mais severa para meninas e mulheres no que diz respeito à saúde ambiental e ao saneamento básico. A precariedade no acesso a serviços de água potável, banheiros seguros e condições adequadas para o manejo da menstruação (WASH) compromete não apenas o bem-estar físico, mas também a dignidade e a permanência de meninas na escola, além da autonomia das mulheres em suas atividades cotidianas. Em diversas partes do mundo, projetos de saneamento são implementados sem considerar a perspectiva de gênero, o que gera efeitos severos como aumento da violência, exposição a doenças e restrição da participação social e econômica feminina.

Essa realidade demonstra a necessidade urgente de repensar os paradigmas de gestão das águas a partir de uma abordagem que reconheça como as opressões de gênero se combinam a outras formas de exclusão.

Ignorar a contribuição de mulheres, especialmente aquelas que pertencem a povos tradicionais e comunidades costeiras, significa desconsiderar um patrimônio valioso para o enfrentamento das crises hídricas e climáticas. A justiça hídrica deve, portanto, estar associada a justiça de gênero, garantindo que as mulheres não sejam apenas beneficiárias das políticas, mas agentes ativas na sua construção.

O empoderamento feminino e a promoção de lideranças de mulheres na gestão das águas são passos fundamentais para essa transformação. Isso envolve não apenas abrir espaço institucional para sua atuação, mas também garantir formação, apoio técnico e reconhecimento político de seus papéis sociais e ambientais. Experiências ao redor do mundo demonstram que, quando as mulheres lideram projetos comunitários relacionados à água, os resultados são mais sustentáveis, inclusivos e resilientes. Assim, valorizar essas lideranças é reconhecer que a gestão da água não é apenas um desafio técnico, mas também profundamente político e cultural.

Por fim, enfrentar os desafios da gestão das águas requer romper com modelos excludentes e avançar em direção a políticas públicas que integrem os direitos humanos, a equidade de gênero e o reconhecimento dos saberes tradicionais. A sustentabilidade hídrica não será possível sem justiça social, e esta, por sua vez, depende da escuta ativa das vozes femininas, especialmente aquelas historicamente silenciadas.

Referências bibliográficas

ABU, T. Z.; BISUNG, E.; ELLIOTT, S. J. What if your husband doesn't feel the pressure? An exploration of women's involvement in WaSH decision making in Nyanchnwa, Kenya. **International journal of environmental research and public health**, v. 16, n. 10, p. 1763, 2019. DOI: 10.3390/ijerph16101763.

ADAMS, E. A.; JURAN, L.; AJIBADE, I. 'Spaces of Exclusion' in community water governance: A Feminist Political Ecology of gender and participation in Malawi's Urban Water User Associations. **Geoforum**. v. 95, p. 133-142, 2018. DOI: 10.1016/j.geoforum.2018.06.016.

ADEOTI, O. Barriers to mainstreaming gender in water resources management in Nigeria. **Water Science**. 35:1, 127-134, 2021. DOI: 10.1080/23570008.2021.1978770

ANDERSON, Darcy M. et al. Successes, challenges, and support for men versus women implementers in water, sanitation, and hygiene programs: A qualitative study in rural Nepal. **International journal of hygiene and**

environmental health, v. 236, p. 113792, 2021. DOI: 10.1016/j.ijheh.2021.113792.

ASHDOWN, B. K. et al. Indigenous community members' views about water quality in Lake Atitlán, Guatemala. **Local Environment**, v. 27, n. 1, p. 32-45, 2022. DOI: 10.1080/13549839.2021.2001447.

ASTERIA, D. et al. Gender sensitive education in watershed management to support environmental friendly city. In: **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**. IOP Publishing, 2018. p. 012146. DOI: 10.1088/1755-1315/126/1/012146.

ASTERIA, D. et al. Relation of social capital to women's proactive participation in the community for sustainability of river in urban areas. In: **E3S Web of Conferences**. EDP Sciences, 2018. p. 03003. DOI: 10.1051/e3sconf/20187303003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

BENNETT, V; RICO, M. N.; POBLETE, S. V. Water and gender: the unexpected connection that really matters. **Journal of international affairs**, Spring/Summer, vol 61, nº 2, 2008.

BISUNG, E.; DICKIN, S. Concept mapping: engaging stakeholders to identify factors that contribute to empowerment in the water and sanitation sector in West Africa. **SSM-population health**, v. 9, p. 100490, 2019. DOI: 10.1016/j.ssmph.2019.100490.

BRAGA, B. P. F. *et al.* Pacto federativo e gestão de águas. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 22, n. 63, p. 17-42, 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142008000200003>.

BREWSTER, M. M.; HERRMANN, T. M.; BLEISCH, B.; PEARL, R.. **A Gender Perspective on Water Resources and Sanitation**. Wagadu, Vol. 3, Spring, 2006.

CAMURÇA, A. M. **Mulheres e Agroecologia: possibilidades para sustentabilidade local da Comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

CHIFAMBA, E. Mainstreaming Gender in Pursuit of Millennium Development Goals in Water Resource Governance in Buhera, Zimbabwe. **International Journal of Social Sciences and Management**, v. 1, n. 1, p. 10–21, 15 jan. 2014.

CLEAVER, Frances; HAMADA, Kristin. 'Good'water governance and gender equity: a troubled relationship. **Gender & Development**, v. 18, n. 1, p. 27-41, 2010.

CLEAVER, Frances; HAMADA, Kristin. 'Good'water governance and gender equity: a troubled relationship. **Gender & Development**, v. 18, n. 1, p. 27-41, 2010.

COCHRANE. **Cochrane Collaboration Handbook**. The Cochrane Collaboration. Oxford: Update Software, n. 6, 2019. Disponível em: <https://training.cochrane.org/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

DA SILVA, Ana Beatriz Santos et al. CONTEXTO HISTÓRICO E ATUAL DO CÓDIGO DAS ÁGUAS. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 6, n. 1, 2024.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1260–1266, 2011.

DENNIS, M. K.; BELL, F. M.. Indigenous women, water protectors, and reciprocal responsibilities. **Social Work**, v. 65, n. 4, p. 378-386, 2020. DOI: 10.1093/sw/swaa033.

DERY, Florence et al. 'They will listen to women who speak but it ends there': examining empowerment in the context of water and sanitation interventions in Ghana. **H2Open Journal**, v. 4, n. 1, p. 231-243, 2021. DOI: 10.2166/h2oj.2021.100.

DEVONALD, M. et al. Rethinking climate change through a gender and adolescent lens in Ethiopia. **Climate and Development**. 2022. DOI: 10.1080/17565529.2022.2032568

DICTORO, V. P.; HANAI, F. Y. Relações Humanas com a Água: Perspectivas para Novas Abordagens na Sensibilização e Educação Ambiental. In: AGUILERA, J. G.; ZUFFO, A. M. (Eds.). **Enfoque Interdisciplinar na Educação Ambiental**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2019.

FOLEGATTI, M. V. **Gestão dos Recursos Hídricos e Agricultura Irrigada no Brasil**. In: BICUDO, C. E. M.; TUNDISI, J. G.; SCHEUENSTUHL, M. C. B. (Eds.). São Paulo: Instituto de Botânica, 2010.

FREITAS, C.T. et al. Resource co-management as a step towards gender equity in fisheries. **Ecological Economics**, v. 176, p. 106709, 2020. DOI: 10.1016/j.ecolecon.2020.106709.

GALLO, N. C.; NAVARRO, A. C. L. Mulher e Água: definições e novas representações. **Labor e Engenho**, v. 12, n. 2, p. 166–181, 29 jun. 2018.

GREENHALGH, T. Papers that summarise other papers (systematic reviews and meta-analyses). **British Medical Journal**, v. 315, n. 7109, p. 672–675, 1997.

HAEFFNER, Melissa et al. Representation justice as a research agenda for socio-hydrology and water governance. **Hydrological Sciences Journal**. v. 66, n. 11, p. 1611-1624, 2021. DOI: 10.1080/02626667.2021.1945609.

HANIA, P.; GRABEN, S. Stories and the participation of Indigenous women in natural resource governance. **Canadian Journal of Women and the Law**, v. 32, n. 2, p. 310-340, 2020. DOI: 10.3138/CJWL.32.2.03.

IMBURGIA, L. Irrigation and equality: An integrative gender-analytical approach to water governance with examples from Ethiopia and Argentina. **Water Alternatives**. v. 12, n. 2, p. 571-587, 2019.

KUMAR, D.; KUMAR, D. Gender Matters: Reappraising the Issues of Equity, Participation and Ownership in Watershed Management. **Contemporary Voice of Dalit**. p. 2455328X2110630, 2022. DOI: 10.1177/2455328x211063068.

LINDE, K.; WILLICH, S. N. How objective are systematic reviews? Differences between reviews on complementary medicine. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 96, n. 1, p. 17–22, 2003.

MANDARA, C. G.; NIEHOF, A.; VAN DER HORST, H. Women and rural water management: Token representatives or paving the way to power? **Water Alternatives**, v. 10, n. 1, p. 116–133, 2017.

MATOS, F. C et al. As mulheres das águas: algumas reflexões sobre a participação feminina nos comitês de bacias hidrográficas no Brasil. **Revista DELOS**, 2020. Disponível em: As mulheres das águas algumas reflexões sobre a participação feminina.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

MEINZEN-DICK, Ruth; KOVARIK, Chiara; QUISUMBING, Agnes R. Gender and sustainability. **Annual Review of Environment and Resources**, v. 39, n. 1, p. 29-55, 2014.

MILLER, G. T. J. **Living in the Environment Part I - International Student Edition**. 13. ed. [s.l.] Thomson Brooks/Cole, 2004.

NARAIN, Vishal. Growing city, shrinking hinterland: land acquisition, transition and conflict in peri-urban Gurgaon, India. **Environment and Urbanization**, v. 21, n. 2, p. 501-512, 2009.

NIGUSSIE, L. *et al.* **Gender dimensions of community-based groundwater governance in Ethiopia: Using citizen science as an entry point**. International Water Management Institute (IWMI), 2018.

ROSA, A. M. R. et al. Políticas públicas e participação social: a importância de políticas públicas para as mulheres no setor da água. **Húmus**. v. 9, n. 26, p. 138-153, 2019.

SCHERER, Nathaniel et al. The inclusion of rights of people with disabilities and women and girls in water, sanitation, and hygiene policy documents and programs of Bangladesh and Cambodia: content analysis using EquiFrame. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 10, p. 5087, 2021. DOI: 10.3390/ijerph18105087.

SILVA, E. V.; RODRIGUEZ, J. M. M.; CABO, A. R. Educação Ambiental Aplicada ao Planejamento e Gestão de Bacias Hidrográficas. **Revista Geoamazônia**, v. 3, n. 6, p. 110–120, 2015.

SILVA, L. R. C. et al. Derramamento de petróleo no litoral brasileiro:(in) visibilidade de saberes e descaso com a vida de marisqueiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 6027-6036, 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212612.15172021.

SOARES, D. N. **Gênero e água — desenhos do norte, alternativas do sul: análise da experiência do semiárido brasileiro na construção do**

desenvolvimento democrático. (Tese de doutorado) Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. 2009.

SOARES, D. N. Módulo II - Articulação entre Gênero e Água. In: **Água e Gênero**. Brasília: ANA - Agência Nacional de Águas, p. 12. 2019

STIEGLER, B. Género, poder y política. Bonn: **División de Cooperación Internacional de la Friedrich-Ebert-Stiftung**. América Latina y Caribe, 2003.

SÜLÜN, E. E.. Women, water resource management, and sustainable development: the turkey-North Cyprus water pipeline project. **Resources**. v. 7, n. 3, p. 50, 2018.

SUSILORINI, Rr MI R. et al. Gender Mainstreaming in Drought Disaster Risk Reduction. In: **Journal of Physics: Conference Series**. IOP Publishing, 2021. p. 012109. DOI: 10.1088/1742-6596/1811/1/012109.

TSEKLEVES, Emmanuel et al. Community engagement in water, sanitation and hygiene in sub-Saharan Africa: does it WASH?. **Journal of Water, Sanitation and Hygiene for Development**, v. 12, n. 2, p. 143-156, 2022. DOI: 10.1016/j.ijheh.2021.113792.

TUNDISI, J. G. Governança da Água. **Revista UFMG**, v. 20, n. 2, p. 222–235, 2013.

UN - United Nations. (2015). **Agenda for Sustainable Development**. 2015. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/post2015>> Acesso em: 10 set. 2023.

VARUA, M. E. et al. Groundwater management and gender inequalities: The case of two watersheds in rural India. **Groundwater for Sustainable Development**, v. 6, p. 93-100, 2018. DOI: 10.1016/j.gsd.2017.11.007.

VIJ, Sumit; NARAIN, Vishal. Land, water & power: The demise of common property resources in periurban Gurgaon, India. **Land Use Policy**, v. 50, p. 59-66, 2016.

WAHAJ, R.; HARTL, M. **Gender and Water: Securing water for improved rural livelihoods: The multiple approach system**International Fund for Agricultural Development (IFAD)International Fund for Agricultural Development (IFAD), 2007. Disponível em: <<https://www.ifad.org/documents/10180/2ffa1e63-8a8e-47ed-a4aa-cbf249fafab2>>

WALBY, S. A União Europeia e as políticas de igualdade de oportunidades. In: TAVARES, Tereza; FERREIRA, Virgínia (Org.). **Políticas de igualdade**. Ex Aequo (Revista da Associação Portuguesa de Estudo sobre as Mulheres), Coimbra, n. 2/3, 2000.

WMO. **The Dublin State Rent and Report of the Conference on Water and the Environmental: Development Issues for the 21st Century**, 26-31, Dublin: Ireland, January 1992.

CAPÍTULO 3

GÊNERO E ÁGUAS: PROTAGONISMO FEMININO NO BRASIL

3.1 Introdução

A conservação e a manutenção dos recursos hídricos envolvem o acesso e o controle de água de forma equitativa, bem como a participação democrática dos usuários de água nos processos de tomada de decisão (MILLER, 2004). Dكتورo e Hanai (2019), ainda, destacam que atualmente os conhecimentos tradicionais têm papéis fundamentais para a gestão e conservação dos recursos hídricos, e que não há reconhecimento desses conhecimentos no atual modelo de gestão das águas.

Isto posto, é imprescindível que se compreenda o papel social na condução da governança das águas (SOUZA et al., 2020), principalmente nas relações humanas com a água. Conforme as relações com as águas ocorrem, os aspectos econômicos, biológicos, políticos, culturais e espirituais devem ser ponderados, a fim de que haja uma gestão e conservação sustentável, integrada, democrática e participativa dos recursos hídricos. Dessa forma, as mulheres estão inseridas nesse contexto, bem como suas relações com a água, sejam elas referentes às religiões e suas peregrinações de fé, ou ainda à busca por água em locais de seca (ROSA et al., 2019).

No entanto, em se tratando de reconhecer os papéis femininos na gestão das águas no Brasil, não houve avanços na legislação. Em 1992, a Conferência de Dublin acarretou progressos no âmbito internacional, ao apontar no princípio 3, dos Princípios da Água de Dublin (WMO, 1992), as mulheres como tendo papel central no fornecimento, na gestão e conservação dos recursos hídricos (TUNDISI, 2013). Enquanto a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997), que rege a gestão nacional das águas, não contou com a inclusão dessa importante temática.

Estudos apontam que essa ausência de reconhecimento institucional no Brasil, reflete uma visão tecnocrática e androcêntrica da gestão hídrica, em que os saberes femininos e comunitários são desvalorizados (ROSA; GUARDA, 2019; FALCÃO et al., 2020). Os Comitês de Bacias Hidrográficas,

por exemplo, carecem de diretrizes que assegurem representatividade de gênero e diversidade sociocultural, o que limita a inclusão de vozes plurais nas decisões.

Segundo Oliveira (2021) e Oliveira (2023), a ausência de políticas específicas para mulheres no contexto da água acentua vulnerabilidades, sobretudo em relação ao acesso ao saneamento, à saúde ambiental e à sobrecarga do trabalho reprodutivo. Além disso, como ressaltam De Souza e Marinho (2021), ao ignorar os saberes tradicionais e a atuação cotidiana das mulheres, como marisqueiras, agricultoras e guardiãs de nascentes, o Estado compromete não apenas a justiça de gênero, mas também a efetividade das políticas ambientais. A invisibilização dessas mulheres representa uma perda de capital social e ecológico essencial para a sustentabilidade, reforçando a urgência de integrar abordagens interseccionais à governança hídrica no Brasil (LISBOA; LUSA, 2010; SILVA et al., 2021).

Por outro lado, em outros países reconhecem a importância de incluir a perspectiva de gênero na gestão das águas, sobretudo devido à relevante atuação feminina no desenvolvimento de uma coletividade sustentável (JACOBI; EMPINOTTI; TOLEDO, 2015; SOARES, 2019). Ao passo que, no território brasileiro, pouco se observa a atuação de mulheres nos espaços de tomada de decisão e em altos cargos, geralmente ocupados por homens (MELO, 2005). E de fato, a desigualdade nas relações de gênero estão em diversos locais e contextos, até mesmo nas relações com as águas.

Faz-se necessário destacar que a inclusão da perspectiva de gênero compreende a atuação feminina e masculina em todos os processos e espaços de tomadas de decisão (SOARES, 2019). Logo, determinar a relação de gênero-água e incorporar a perspectiva, contribui para a governança da água, segurança hídrica e diminuição de vulnerabilidades (SOARES, 2019). Por essa razão, deve-se atentar às desigualdades de gênero acerca do uso e controle dos recursos hídricos, a fim de buscar soluções para a mitigação de desequilíbrios e maior inserção de mulheres na governança da água (SOARES, 2019).

Nota-se que na literatura as pesquisas envolvendo relações de gênero e recursos hídricos são menos recorrentes, embora haja estudos referentes às questões ambientais e mulheres, a exemplo do ecofeminismo (CARDOSO, 2003; SILIPRANDI, 2005, 2015). Publicações como as de Matos e Modaelli

(2021), que reúnem diferentes mulheres pesquisadoras atuantes na temática das águas, indicam o desenvolvimento de novos arranjos sobre a perspectiva de gênero e gestão de recursos hídricos. Para além da diversidade de gênero, vale ressaltar também que a pluralidade de localidades e regiões pode provocar e motivar contribuições para conservação das águas a partir das percepções dessas mulheres. Exemplificando alguns casos, têm-se a pesquisa participativa de Neto e Jardim (2015) sobre mulheres enfrentando a escassez de água no interior da Paraíba, semelhante à pesquisa de Funari e Pereira (2017) em Pernambuco, envolvendo lutas das mulheres em áreas rurais e com secas.

Apesar dos avanços nas discussões sobre o direito à água e à sustentabilidade ambiental, as experiências, os saberes e protagonismos femininos (especialmente de mulheres indígenas, ribeirinhas, marisqueiras e camponesas), continuam invisibilizados nas políticas públicas e na governança das águas no Brasil. A gestão hídrica ainda funciona sob uma perspectiva muito tecnocrática e com exclusão, ignorando por muitas vezes as relações simbólicas, culturais e práticas que essas mulheres estabelecem com rios, nascentes e demais corpos d'água. Essa exclusão acaba comprometendo tanto a efetividade das ações de conservação quanto a promoção da justiça de gênero e socioambiental, revelando a urgência de reconhecer e incorporar as mulheres como agentes centrais na construção de políticas hídricas mais inclusivas, interseccionais e sustentáveis.

Assim, a pesquisa tem como questões centrais: Como as mulheres, especialmente de comunidades tradicionais, constroem suas relações com as águas, e de que maneira seus saberes, práticas e visões contribuem para a conservação e gestão dos recursos hídricos no Brasil? Quais são os desafios e potencialidades para o reconhecimento e a valorização das mulheres como protagonistas na governança das águas, considerando aspectos de gênero, território e justiça socioambiental?

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi investigar, caracterizar e analisar as relações das mulheres com as águas, os rios e as nascentes, tendo assim a finalidade de reconhecer protagonistas femininas na temática das águas, e analisar suas perspectivas, visões e relações sobre o tema, e de que forma estas participam e auxiliam na gestão e na conservação das águas no Brasil.

3.2 Procedimentos Metodológicos

Esse estudo baseou-se na pesquisa exploratória e qualitativa, a fim de estar mais próximo aos atores e eventos analisados. Segundo Gil (2002; 2008), a pesquisa de caráter exploratório objetiva permitir maior vínculo e familiaridade com o problema de estudo, além de apresentar menor rigor no que diz respeito ao planejamento e à seleção de métodos utilizados, que podem incluir levantamento bibliográfico e entrevistas.

Ainda, quando se trata de pesquisa qualitativa, Minayo (2000) destaca que é um tipo de estudo que tem cuidado em trabalhar com realidades que não podem ser quantificadas, envolvendo aspectos muito particulares das relações e acontecimentos, como: motivações, convicções, valores e ações. Corroborando essa teoria, Mack et al. (2005) apontam que a abordagem qualitativa é capaz de promover complexas descrições textuais dos eventos vivenciados em dado problema de pesquisa, sendo possível identificar fatores não palpáveis, a exemplo das questões de gênero, normas sociais e outras. Na pesquisa qualitativa, o foco está nas pessoas envolvidas na questão em estudo, sendo assim, a amostra investigada deve representar o fenômeno a ser estudado de forma relevante (FLICK, 2009).

No presente trabalho, foram identificadas e selecionadas mulheres protagonistas no Brasil envolvidas com as águas, rios e nascentes. Com esse propósito, teve-se em consideração pessoas do gênero feminino que atuaram/atuam direta ou indiretamente com as águas, e que têm seus nomes e figuras divulgados de forma notória no meio digital. Notícias, trabalhos científicos, portais, entre outras páginas da internet foram visitadas, a fim de verificar as funções dessas mulheres, o contexto que estão inseridas, e principalmente qual a dimensão de suas condutas frente aos recursos hídricos, ao receberem o destaque e reconhecimento.

A identificação das protagonistas deu-se por meio de uma busca sistemática no Google no ano de 2021, com métodos de pesquisa baseados na obra de Ochando (2017), do qual foram utilizados operadores de busca para alcançar nomes atuais relevantes para o estudo. A busca na plataforma Google foi o mecanismo adotado para alcançar diferentes tipos de mulheres em evidência no Brasil, não somente no meio acadêmico e contemplando outros tipos de publicações, de forma cautelosa e democrática.

Assim, de forma semelhante à revisão bibliográfica sistemática, foi elaborado um protocolo de pesquisa, levando-se em consideração o idioma português, sem período determinado e sem restrições quanto aos tipos de sites de navegação e documentos encontrados. Sendo assim, as palavras-chave escolhidas a serem combinadas foram: “água”, “rio”, “córrego”, “bacia hidrográfica”, “mulher”, “gênero”, “participação feminina”, “liderança feminina”, “empoderamento feminino”, “protagonismo feminino”, “igualdade de gênero” (conforme apresentadas na Tabela 4).

Tabela 4: Campos e termos selecionados para busca no Google.

Campo 1		Campo 2		Campo 3
Água OR		Mulher* OR		Participação feminina OR
Rio OR		Gênero* OR		Liderança feminina OR
Córrego OR	AND	Igualdade de	AND	Empoderamento feminino OR
Bacia hidrográfica		gênero		Protagonismo feminino

Fonte: Autoria própria (2021)

Os nomes coletados foram dispostos em uma planilha no *software* Excel 2019, juntamente às informações disponíveis das pessoas encontradas, incluindo as possíveis formas de contato. O refinamento foi efetuado de acordo com a ligação da pessoa com a temática da pesquisa, bem como a possibilidade de comunicação via e-mail, redes sociais, telefone e/ou videoconferência (devido ao período de execução da pesquisa na época de isolamento social devido à pandemia de COVID).

Para execução da etapa das entrevistas, primeiramente a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa de Seres Humanos e elaborado um termo de consentimento livre (disponível no Apêndice A). Previamente, foi elaborado um roteiro semiestruturado (disponível no Apêndice B), que contou com questionamentos pertinentes ao tema, abrangendo assuntos como os saberes tradicionais, os conhecimentos específicos, as subjetividades, as experiências e vivências das mulheres entrevistadas. É importante destacar que as entrevistas são métodos capazes de fornecer informações das falas dos

sujeitos sociais, nas quais as formas de comunicação e linguagens são fundamentais para o desenvolvimento da conversação e da pesquisa.

Após a identificação e a seleção das protagonistas femininas, foram aplicadas as entrevistas no final do ano de 2021 e início do ano de 2022, com duração aproximada de uma hora cada. As entrevistas foram realizadas por telefone e videoconferência (*Google Meet* e *Whatsapp*), havendo gravações em áudio, vídeo e anotações autorizadas pelas entrevistadas. Atentou-se, ainda, à linguagem e vocabulário utilizados pela entrevistadora, respeitando as realidades vividas pelas participantes.

Os dados oriundos das entrevistas foram analisados conforme a análise de conteúdo de Bardin (2016), pela qual a partir dos resultados obtidos, pode-se chegar às causas e aos efeitos que caracterizam as interlocuções. Nesse momento, define-se a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2016), a fim de alcançar métodos sistemáticos e descrições dos conteúdos correspondentes às mensagens e aos conhecimentos destas (BARDIN, 2016).

Ainda, conforme esse procedimento metodológico, a análise de conteúdo pode ser qualitativa e/ou quantitativa, possibilitando inferências de acordo com os dados frequentes ou não. Nesse sentido, a análise de conteúdo das entrevistas sucedeu-se em três etapas: pré-análise, exploração do material, e tratamento de dados obtidos e interpretação. Essas fases compõem a organização da análise, na pré-análise foi realizada a leitura prévia dos materiais, incluindo a preparação das entrevistas conduzidas e dos documentos elaborados a partir delas. Já a exploração do material consistiu em dois processos: codificação e categorização. Na etapa de codificação foram feitos recortes dos resultados adquiridos durante as entrevistas, gerando de forma indutiva o que se denominam unidades de codificação, que podem ser palavras, momentos e frases, e unidades de contexto, que serviram de bases para a etapa seguinte (BARDIN, 2016).

A categorização foi feita a partir das teorias da literatura sobre a relação mulher-água e da criação dos códigos descritivos elaborados. Nesse ponto, as unidades de codificação foram agrupadas e categorizadas em fluxograma, visando observar e reconhecer acontecimentos sobre os objetos de estudo. Ademais, pretendeu-se verificar os dados referentes aos comportamentos, às ações e às relações das entrevistadas com as águas.

Portanto, foi possível revelar a diversidade de aspectos constituintes dessas relações, assim como os elementos das perspectivas direcionados à governança das águas.

Enfim, a fase de tratamento e interpretação diz respeito à validação e sustentação dos resultados obtidos após a categorização, com o intuito de responder ao problema da pesquisa. As anotações e outros documentos das entrevistas foram reexaminados, sendo possível identificar pontos importantes nas falas e relatos das entrevistadas, como explicação sobre suas funções em determinado cargo, as relações de gênero nos ambientes que atuam, entre outros.

Ao final das etapas de análise, as categorias foram estabelecidas e a redação final dos resultados foi desenvolvida, identificando principais relações, conhecimentos, percepções e abordagens das figuras femininas protagonistas no Brasil.

3.3 Resultados e Discussões

Ao todo, 58 (cinquenta e oito) mulheres foram selecionadas como protagonistas, identificadas em notícias, eventos, vídeos, redes sociais, publicações científicas, dentre outros meios, e com elas foram realizadas várias tentativas de contato. Entretanto, apenas 12 (doze) mulheres estavam disponíveis para a realização de entrevistas e puderam contribuir com esse estudo, cujas localizações estão distribuídas por todas as regiões do Brasil (de acordo com a Figura 2).

Figura 2: Localização geográfica das entrevistadas da pesquisa



Fonte: Autoria própria (2021).

Com base nos dados do questionário, foram entrevistadas 12 (doze) mulheres de diferentes faixas etárias, lugares e segmentos, conforme verificado na Tabela 5. As entrevistadas têm uma faixa etária média de aproximadamente 41 anos, indicando presença de mulheres jovens em posições de destaque. Ainda, foi possível verificar que a maior parte das respondentes fazem parte do setor público, incluindo universidades e outras instituições que envolvem a gestão de águas no Brasil.

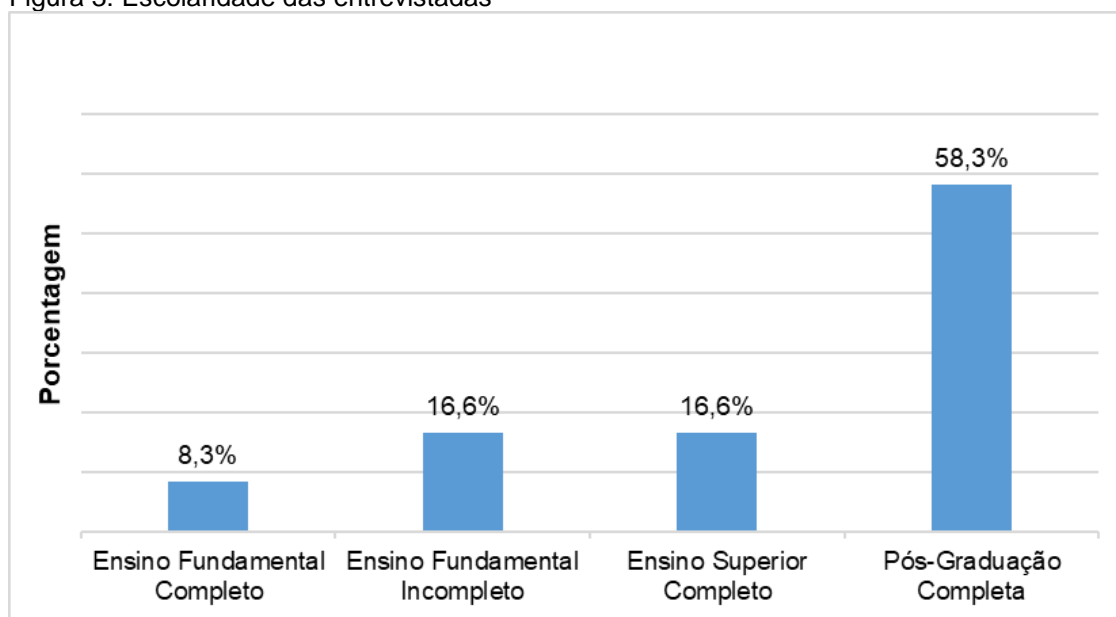
Tabela 5: Perfil das entrevistadas.

Entrevistada	Faixa Etária	Segmento Profissional	Papel na Gestão das Águas
1	41	entidade sem fins lucrativos	Participante de Comitê de bacia hidrográfica (CBH) e nome de destaque em evento online sobre águas
2	42	consultoria e ensino	Pesquisadora, participante de diversos eventos sobre águas e destaque em notícias sobre águas
3	24	setor público municipal	Pesquisadora e participante de Subcomitê de bacia hidrográfica, participante de eventos sobre o tema
4	42	setor público municipal	Participante de Subcomitê de bacia hidrográfica e gerente de unidade de conservação
5	37	setor público estadual	Liderança em Comitê de bacia hidrográfica, engenheira ambiental
6	38	ensino público federal	Liderança em Comitê de bacia hidrográfica, pesquisadora e destaque em notícias sobre o tema
7	63	marisqueira e lavradora	Liderança em associação de marisqueiras
8	50	marisqueira e lavradora	Liderança em comunidade marisqueira, conselheira em unidade de conservação, líder em comunidade quilombola
9	56	catadora de isca e apicultora	Participante de associação de pescadores
10	45	relações públicas	Destaque na redação de reportagem sobre o tema
11	51	setor público estadual	Participante de diversos eventos sobre águas, precursora de projetos sobre o tema e destaque em notícias sobre águas
12	41	setor público federal	Cargo de destaque em instituição envolvida com gestão das águas

Fonte: Autoria própria (2022)

Considerando todas as respondentes, mais da metade possui formação em Pós-Graduação completa (Figura 3). Por meio desses dados, é válido refletir o porquê de mulheres com acesso à educação terem maior notoriedade na internet, seja com suas pesquisas ou conquistas envolvendo as águas. Conseqüentemente, foi perceptível mais facilidade no contato com essas mulheres, que detém diferentes alternativas de comunicação, enquanto houve buscas árduas de contato com as demais protagonistas encontradas, obtendo os resultados com as 12 entrevistadas.

Figura 3: Escolaridade das entrevistadas



Fonte: Autoria própria (2022)

Mesmo com alto percentual de pós-graduação completa das participantes, é importante voltar-se a realidade do ensino fundamental completo e incompleto. A falta de acesso à educação para mulheres no Brasil está historicamente enraizada em estruturas patriarcais que associam as mulheres a papéis domésticos e subalternos, limitando sua participação em espaços de formação intelectual e profissional.

A educação feminina no Brasil colonial e imperial era restrita a ensinamentos religiosos e habilidades domésticas, o que perpetuou desigualdades de gênero ao longo dos séculos (ROSEMBERG, 2001; VIANNA; UNBEHAUM, 2004). Mesmo com os avanços legais e políticas públicas nas últimas décadas, como o Plano Nacional de Educação e programas de inclusão, persistem barreiras socioeconômicas, culturais e regionais que dificultam o pleno acesso e permanência de meninas e mulheres no sistema educacional, especialmente nas regiões Norte e Nordeste (IPEA, 2019). Além disso, questões como gravidez precoce (DA SILVEIRA; SANTOS, 2013), trabalho doméstico não remunerado e violência de gênero agravam a evasão escolar feminina, perpetuando o ciclo de exclusão e limitando as oportunidades de mobilidade social e autonomia.

Quando perguntado sobre a responsabilidade familiar e a quantidade de mulheres na família, o objetivo foi observar a dinâmica em que as mulheres estão inseridas, se apresentam papéis de liderança e/ou provedora em suas

casas. Vale ressaltar, que se considerou responsável familiar a pessoa que chefia a família, na organização do lar, na distribuição de afazeres e/ou no controle financeiro. Nesse sentido, 50% das entrevistadas relataram serem as responsáveis em suas casas, efetuando o sustento da família, conduzindo atividades domésticas e de organização. Enquanto a outra metade das respondentes declarou dividir a responsabilidade familiar com seus cônjuges, principalmente no que diz respeito à divisão de gastos em suas casas. Apontou-se ainda, que as entrevistadas têm em média 2 (duas) mulheres na família, em sua maioria matriarcas e filhas.

Mulheres que ocupam o papel de matriarcas em suas famílias desempenham funções centrais tanto na manutenção da estrutura doméstica quanto na transmissão de valores culturais e afetivos. Esse fenômeno é especialmente observado em contextos de vulnerabilidade social, em que muitas vezes, a figura masculina está ausente ou exerce papel secundário. Segundo Teixeira e Amoras (2022), a matriarca não apenas cuida da casa e dos filhos, mas também assume responsabilidades financeiras, tornando-se o principal pilar da estabilidade familiar. Kobelinski (2021) destaca que essas mulheres acumulam múltiplas jornadas, como provedoras, educadoras e cuidadoras, e são, em muitos casos, a principal referência moral e emocional da família.

Apesar da sobrecarga, a liderança feminina é frequentemente reconhecida e respeitada dentro do grupo familiar, revelando formas de resistência e resiliência diante das desigualdades de gênero e classe. A matrifocalidade⁵, de acordo com Fonseca (2000), evidencia que essas estruturas familiares, longe de serem disfuncionais, representam arranjos legítimos e eficazes de organização social.

3.3.1 Relações das Mulheres com os Rios e as Nascentes de Água

Na pesquisa, a análise das 12 (doze) entrevistas desenvolvidas, com base na metodologia de análise de conteúdo, resultou em diferentes categorias

⁵ Termo antropológico que descreve uma estrutura familiar ou grupo doméstico onde a mãe ou figura materna assume um papel central e o pai ou figura paterna é ausente ou desempenha um papel secundário

de relações com as águas. A análise de dados baseada no método de Bardin (2016) proporcionou o aprofundamento da pesquisa no tocante às relações encontradas entre mulheres e águas, visto que foi possível a exploração do material das entrevistas e relatos, ocasionando um recorte em códigos descritivos de registro e contexto, que de forma indutiva desenvolveram-se em categorias de análise da relação mulher-água. Para melhor compreensão desse processo de análise, a Tabela 6 mostra os códigos de registro nos relatos e a frequência com que ocorreram nos dados coletados.

Tabela 6: Códigos descritivos e frequência de ocorrência.

Código de Registro e Contexto	Frequência de Ocorrência
Contato com as águas no trabalho	9
Contato com as águas na infância	6
Depende das águas no dia a dia	8
Participação em grupos/associações relacionadas às águas	8
Estudos sobre as águas	7
Luta por espaço nas tomadas de decisão	8
Luta pela conservação de rios/nascentes	9

Fonte: Autoria própria (2022)

Cada entrevista é singular, dado que cada respondente contém particularidades, sejam elas territoriais, culturais e/ou sociais. Contudo, foram encontrados mais de um código descritivo em cada entrevista, identificando também mais relações entre as mulheres, os rios e as nascentes. A partir do processo de decodificação, as relações das protagonistas foram categorizadas, revelando como as mulheres conectam-se com rios e nascentes de múltiplas formas, como pode ser verificado na Tabela 7.

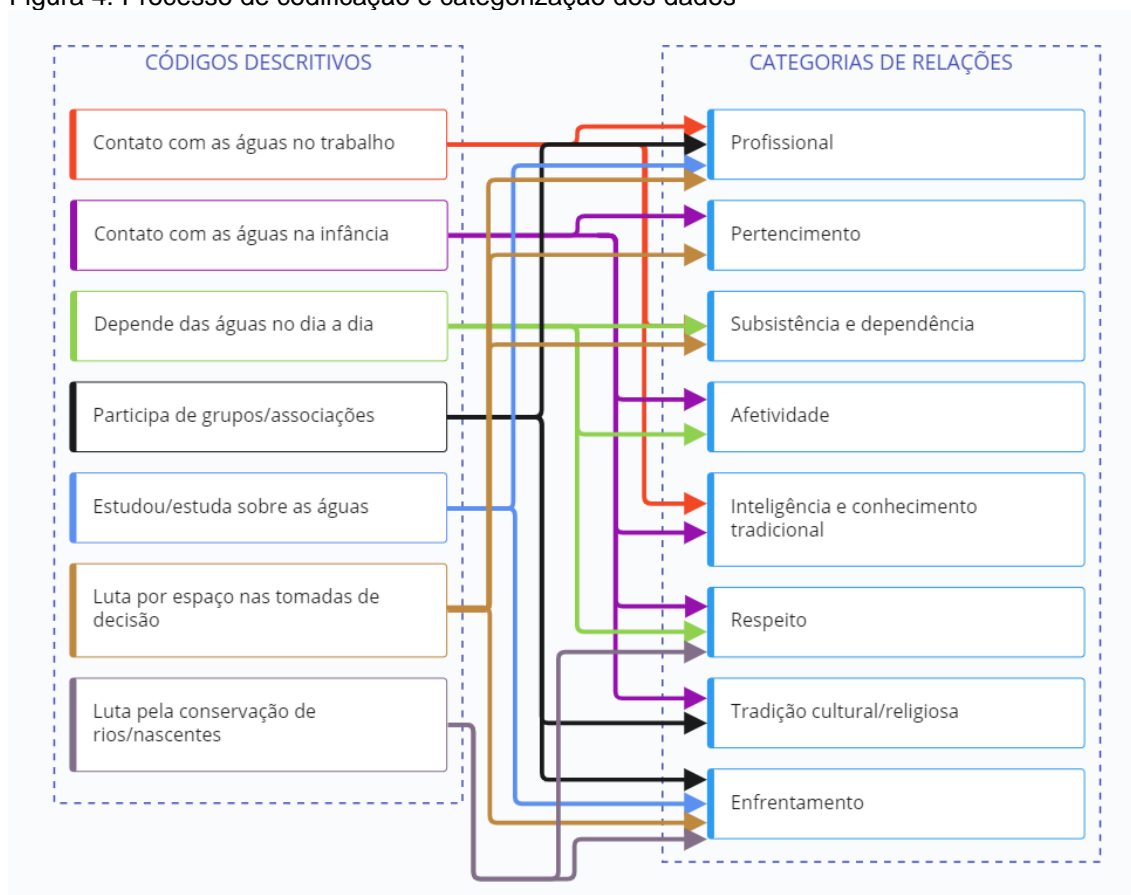
Tabela 7: Categorização dos dados.

Categorias de relações
Profissional
Pertencimento
Subsistência e dependência
Afetividade
Inteligência e conhecimento tradicional
Respeito
Tradição cultural/religiosa
Enfrentamento

Fonte: Elaboração própria (2022)

Isto posto, as narrativas das vidas das mulheres e as maneiras com que elas contam suas histórias corroboram as relações mulher-água encontradas. O tipo de linguagem, bem como as ações, reações, os hábitos e as emoções podem ser captados durante as conversas, tornando as relações ainda mais complexas (Figura 4).

Figura 4: Processo de codificação e categorização dos dados



Fonte: Elaboração própria (2022)

Para adentrar na pluralidade dos dados, a seguir estão apresentados os resultados mais relevantes referentes a cada uma das categorias de

relações entre mulheres, rios e nascentes. A configuração das categorias apresentadas deu-se por meio dos depoimentos de maior destaque e clareza.

a) Relação profissional

A relação profissional se mostrou presente em todas as conversas com as protagonistas. Embora tenham vínculos empregatícios em diferentes segmentos, cada uma apresenta alguma conexão profissional com os rios e nascentes, direta ou indiretamente. A exemplo disso, com contato indireto com as águas, parte das entrevistadas atuam como pesquisadoras, e que estudam impactos sobre as águas, comitês de bacias hidrográficas e saúde feminina ligada ao saneamento básico.

Ainda, as protagonistas que atuam ou atuaram em algum comitê de bacia hidrográfica demonstraram interesse e relação mais técnica quanto à gestão dos recursos hídricos. Sendo assim, expressam uma relação profissional e comprometimento de acordo com suas posições nos comitês. A protagonista 6 (38 anos) contou como contribui nas reuniões e qual sua motivação:

“Acho que por causa da minha formação eu consigo participar de maneira técnica das discussões relacionadas às águas. Como sou representante de instituição de ensino em comitê, participo das discussões no sentido de tornar a água para todos, para que os princípios da Lei das Águas sejam atingidos, inclusive para os usuários de água. A gente trabalha para fortalecer o comitê.” (Entrevistada 6).

Além disso, essa relação também ficou mais perceptível nos relatos das entrevistadas que são marisqueiras e catadoras de iscas (entrevistadas 7, 8 e 9). Mulheres que trabalham diretamente nos rios estabeleceram organizações em suas comunidades, a fim de facilitar o funcionamento dos seus trabalhos, como também reivindicar direitos. Em conversa com a entrevistada 7 (63 anos), que atua como liderança em associação de marisqueiras e trabalha desde criança nos rios, revelou que na comunidade são as mulheres que se organizam e mobilizam para solucionar problemas como a falta de água.

É importante destacar que, ao ouvir as narrativas das entrevistadas, teve-se o cuidado, sensibilidade e consciência crítica, equilibrando a

preservação das marcas culturais do discurso com o respeito à dignidade das participantes, conforme sugerido por Whitaker et al. (2002).

b) Relação de pertencimento e afetividade

Quando se fala em pertencimento e afetividade, essas relações estão ligadas às trajetórias e vivências das mulheres ao longo da vida. No decorrer das entrevistas, foi constatado que na maioria dos relatos das respondentes vislumbrou-se sentimentos dessas mulheres com os rios e as nascentes.

Metade das protagonistas entrevistadas declararam ter tido contato na infância com algum rio, córrego, lago, riacho ou outro tipo de corpo hídrico. Deve-se levar isso em consideração, uma vez que a criação próxima às águas pode ter aflorado não só o afeto, mas também a curiosidade dessas mulheres quanto a questão das águas, e conseqüentemente gerado o encontro dessas protagonistas ligadas ao tema para o desenvolvimento da referida pesquisa.

Para a protagonista 2 (42 anos), por exemplo, o córrego próximo a sua casa de infância é sinônimo de água poluída. Por isso, a relação da pesquisadora (entrevistada 2) com os rios iniciou como uma relação de “imaginário”, em que a família contava sobre as conexões com as águas, e mesmo não tendo o contato direto durante sua criação, o cuidado e zelo pelo ambiente foi transmitido. Atualmente, a entrevistada pesquisa principalmente sobre gestão participativa das águas, tornando a questão do imaginário em uma relação de resistência, pesquisa e pertencimento.

Outras entrevistadas relataram ter memórias afetivas com os rios que as cercam. A motivação da protagonista 3 (24 anos) para sair da zona rural foi pelo seu estudo, e hoje ela pretende devolver para a comunidade soluções ambientais para os rios e nascentes degradados, utilizando seus conhecimentos mais específicos sobre a gestão das águas e atuando diretamente em comitê de bacia hidrográfica. Também, esta mesma entrevistada contou sobre a vivência das lavadeiras em um dos principais rios de sua cidade, e que a cultura das lavadeiras pertence ao rio e o rio é o local de trabalho e lazer. Nesse sentido, o rio como pertencente a essas mulheres pode ser de grande importância no que tange à revitalização de corpos hídricos, pois essa relação de afeto auxiliou na recuperação do rio após anos de degradação.

A relação de afetividade e pertencimento está presente nas memórias relatadas pelas mulheres em suas entrevistas, como verificado nos depoimentos a seguir:

"Eu amo pescar, amo ter contato com a natureza. Eu criei minhas filhas assim também, com dias de nascidas eu levava pro rio. Minha vida é na beira do rio" (Entrevistada 9).

"A mulher sempre teve uma relação bem mais forte com a água, principalmente aqui no semiárido é muito comum ser retratado dessa forma: a mulher que coleta água, que vai na cacimba, vai no açude, carrega o balde na cabeça. Aqui tem relatos em que a mulher é a gestora de água dentro da casa dela, ela que diz quanto de água cada um vai usar, isso é em zona rural em situação de seca e que tem uma cisterna, por exemplo" (Entrevistada 6).

Ademais, a visão igualmente sensível de uma integrante do comitê de bacia como a da entrevistada 5 (38 anos) é notável, sobretudo quando as memórias afetivas da sua criação a fizeram questionar problemas nos rios, ter mais interesse pela conservação e pela gestão das águas. Logo, esse interesse se traduziu ao longo dos anos como inspiração para o envolvimento com o comitê de bacias, ocorrendo de modo semelhante com as entrevistadas 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 11, que às suas maneiras estavam vinculadas a comitês e/ou instituições na gestão de recursos hídricos.

c) Relação de subsistência e dependência

Outro fator relevante que se destacou durante as conversas com as protagonistas, foi a relação de subsistência, de sustento e dependência, que se mostrou uma constante nos discursos das entrevistadas 6, 7, 8, 9, 11 e 12. Foi perceptível como o ponto de vista da protagonista 6 e pesquisadora nordestina (38 anos) é discrepante em se tratando do contexto, especialmente pela região que sofre com estiagem. Conforme depoimento abaixo:

"A mulher sempre teve uma relação bem mais forte com a água, principalmente aqui no semi-árido é muito comum ser retratado dessa forma: a mulher que coleta água, que vai na cacimba, vai no açude e

carrega a lata d' água na cabeça. Aqui tem relatos em que a mulher é a gestora de água dentro da casa dela, ela que diz quanto de água cada um vai usar, isso é em zona rural em situação de seca e que tem uma cisterna, por exemplo” (Entrevistada 6).

Nesse sentido, vale salientar a relação de sustento envolvendo as mulheres marisqueiras e pescadoras (7, 8 e 9). Por dependerem diretamente dos rios para viver, os relatos manifestam-se de forma mais objetiva e explícita. A exemplo disso, duas declarações merecem destaque:

“Água é nossa vida, a gente lava roupa, a gente preserva o rio, tenta catar os maiores mariscos para manter a reprodução” (Entrevistada 7).

"A importância que água tem na nossa vida é de comida no prato, sustentação de famílias por conta da mariscagem. A maioria dos chefes de família são mulheres que vivem diretamente dessas águas. Nós somos produtoras de alimento e chefes de família" (Entrevistada 8).

Contudo, as perspectivas das respondentes 11 e 12 demonstraram a importância de falar sobre saneamento e saúde das mulheres. Ambas trabalharam ou trabalham em instituições voltadas à segurança e à saúde ambiental, e ressaltaram como a qualidade da água influencia na sobrevivência das mulheres, principalmente de comunidades ribeirinhas. Dessa forma, o cuidado com os rios e nascentes não se traduz somente no abastecimento de mariscos e peixes para geração de renda, mas também na qualidade da água para consumo.

d) Inteligência e conhecimento tradicional

À vista do que foi verificado anteriormente, os conhecimentos tradicionais e específicos são essenciais para a conservação e a gestão das águas. As histórias e vivências dessas mulheres são fundamentais para a compreensão das questões ambientais que experienciam atualmente, bem como para a criação de soluções. Essa importância é evidenciada pelo seguinte relato:

"As pessoas que mais cuidam dos rios são os povos tradicionais, são os ribeirinhos, são quilombolas que dependem daquelas águas, são tribos indígenas. A gente não pode esquecer dessas raízes e dessa cultura. Reconhecer e respeitar essas pessoas, tantos territórios que vivem e cuidam dos rios, está totalmente integrado à questão cultural com as águas. É importante a gente manter esses povos em seus territórios, eles têm suas culturas de conservação, o zelo e o cuidado que eles têm é muito maior" (Entrevistada 5).

Ainda, a entrevistada 9 (56 anos) explicou sua atividade de trabalho de catar iscas, que está tem vários processos:

"Tem a pesca de iscas durante o dia, utilizando anzol, tem a pesca utilizando tarrafa pequena para pescar no rio e a isca para pesca à noite, entrando em lagoas" (Entrevistada 9).

A respondente acredita que é importante esse conhecimento específico para conservação dos rios e nascentes, devido ao período de pesca que, às ferramentas utilizadas, ao cuidado que se tem durante o trabalho. Conhecimentos esses que estão desaparecendo, não ocorrendo o repasse dos saberes antigos. E esse fato se deve à migração dos filhos dos pescadores para outras áreas, que objetivam alcançar melhores condições de trabalho e vida.

e) Relação de respeito

Como conselheira na reserva extrativista que envolve os rios de sua comunidade, a entrevistada 8 (50 anos) relatou que o atua pela proteção dos rios, ocorrendo até mesmo conflitos de interesses, mas que preza pelo respeito aos recursos hídricos.

Conforme as declarações da respondente, as áreas de manguezal e os rios sofrem com a degradação, principalmente oriundo do desrespeito por parte de empresas e fazendeiros, afetando a fonte de renda e a saúde da população. Sendo assim, o respeito é um dos pontos abordados pela marisqueira em seu depoimento:

"Tem a relação de respeito também, respeito com a natureza, respeito com os 'donos das águas'. É uma relação de preservação" (Entrevistada 8).

Em contrapartida, a protagonista 6 (38 anos) de origem nordestina relatou que para o povo do nordeste a questão da seca é muito importante, criando um medo desde a infância. Isso aconteceu com a entrevistada, o medo da seca que gerou cuidado, responsabilidade e respeito ao longo de sua vida.

f) Tradição cultural/religiosa

Nos dados obtidos pela pesquisa, foi encontrada também a categoria de relação que envolve tradição cultural/religiosa entre as mulheres e os rios. Esse tipo de relação foi observado principalmente nas entrevistas realizadas com as mulheres de comunidades ribeirinhas (7, 8 e 9).

As crenças dessas mulheres se traduzem em diferentes perspectivas e contextos. A marisqueira (63 anos) do estado do Piauí mencionou a “Mãe d’água”, e que para ela é necessário pedir permissão para entrar nas águas. Enquanto a entrevistada marisqueira e quilombola (50 anos) do estado da Bahia, citou o respeito pelos 'donos das águas', e foi questionado quem seriam esses donos. Nesse momento, respondente revelou:

"Tem muito a ver com crenças religiosas, a gente pra entrar na água ou no manguezal tem que se benzer e pedir licença, porque acredita que existe alguém dono daquilo ali. Eu acredito na lemanjá, na Vovó do Manguê, existe uma força maior" (Entrevistada 8).

De modo semelhante, na Amazônia muitas crenças e saberes místicos estão relacionados às águas. É pertinente relatar que a relação de respeito também está atrelada às relações culturais, visto que é comum na região amazônica o pedido de permissão para usufruir de rios e nascentes como forma de respeito aos seres ali presentes.

g) Relação de enfrentamento (Desafios e dificuldades na ocupação de espaços)

Um ponto importante a ser observado é como as mulheres enfrentam questões de gênero, como invisibilidade e falas machistas nos espaços em que ocupam. Quase a totalidade das entrevistadas declarou ter sofrido algum tipo

de dificuldade quanto à ocupação de lugar/espço para fala e tomadas de decisão nos ambientes de trabalho e nas comunidades.

Sobre esses desafios, algumas entrevistadas relataram algumas situações que passaram:

"Volta e meia a gente passa por essas coisas, dos homens duvidarem da capacidade técnica. Essa pós-graduação em recursos hídricos eu fiz por paixão pelo subcomitê que participo, pela curiosidade e pelas minhas aspirações, mas ainda para aprender a conversar igual 'gente grande' e me respeitarem. Dois pontos negativos eu tinha para discutir nas reuniões, primeiro a minha idade, porque jovem e mulher querer discutir com mais velhos é questionarem 'O que você viveu? O que você sabe da vida?', e a minha primeira formação nem ser do meio ambiente" (Entrevistada 3).

"Eu percebo que nesse debate público, nesses espaços em que se tem diálogo, são frequentados majoritariamente por mulheres. E quando você vê, as tomadas de decisão mais sensatas e mais concretas estão partindo das mulheres, sempre tendo uma voz feminina. Tem homem esperneando, que não aceita [...], sendo empecilho" (Entrevistada 3).

"Quando assumi [a presidência], isso trouxe muitas preocupações para algumas pessoas, principalmente para homens mais velhos que me viam como uma menina na função. Com aquela questão 'Mais uma mulher, né?'. Não me falaram [diretamente], mas a gente entende a 'sutileza' do machismo que ocorre ali" (Entrevistada 5).

Além disso, algumas das entrevistadas revelaram que muitas vezes questionam e enfrentam os homens que de alguma forma tentam calá-las, conforme os depoimentos:

"Sempre tem comentários machistas. Quando a gente chama atenção de alguma coisa, os homens sempre querem dizer que a gente está exagerando, que não é a hora de falar, que não é o momento. E assim, se a gente não falar na reunião do comitê, onde é que a gente vai falar?" (Entrevistada 6).

"Quando a gente está no rio, a gente faz tudo que o esposo faz e mais um pouco. Porque a gente tem que tomar conta de casa, de lancha, das roupas, da cozinha, cuidar de filhos e ao mesmo tempo exercer a profissão da pesca" (Entrevistada 9).

Sendo assim, foi significativo entender as experiências vividas por todas as mulheres entrevistadas, e até mesmo silenciamentos de outras mulheres que presenciaram. Entretanto, não foi um processo de escuta agradável, tampouco surpreendente, visto que os desafios conhecidos pelas mulheres estendem-se a outros segmentos.

As conversas com as protagonistas evidenciaram um enfrentamento que pode ser destacado pela fala da entrevistada 1 (41 anos):

“Elas transformam dor em luta. Aprendi demais com outras mulheres, mais simples e muito sábias” (Entrevistada 1).

Logo, a partir dos enfrentamentos dessas mulheres, é possível conciliar as experiências profissionais, acadêmicas e os saberes das protagonistas. Este arranjo auxilia em discussões, na luta contra desigualdade de gênero e na criação de soluções para minimizar as dificuldades enfrentadas.

3.4 Considerações finais

As experiências compartilhadas pelas mulheres entrevistadas revelam uma complexa e profunda relação com as águas, que vai muito além do uso funcional. Essas relações se expressam em dimensões afetivas, culturais, espirituais, econômicas e políticas. Mulheres marisqueiras, pescadoras, catadoras de iscas, pesquisadoras e conselheiras de bacias demonstram, por meio de seus relatos, um protagonismo invisibilizado, mas essencial à conservação e gestão dos recursos hídricos no Brasil.

As mulheres, sobretudo aquelas inseridas em comunidades tradicionais, constroem suas conexões com os rios e nascentes desde a infância, muitas vezes por meio de vivências diretas que marcam a memória e acabam moldando sua percepção ambiental. O pertencimento ao território e o afeto pelas águas movem essas protagonistas a resistir, cuidar e lutar pelo direito à água.

Algumas atuam na base da subsistência (marisqueiras e pescadoras), enquanto outras exercem papéis técnicos, políticos ou educativos

(pesquisadoras e integrantes de comitês de bacia). Em todos esses papéis, elas enfrentam os desafios impostos pelo machismo estrutural, pelas desigualdades territoriais e pela ausência de políticas públicas sensíveis ao gênero e à justiça socioambiental.

A organização comunitária, como as associações de marisqueiras citadas pelas entrevistadas, é uma das estratégias fundamentais adotadas pelas mulheres para viabilizar o trabalho, garantir renda, buscar reconhecimento legal e promover ações de cuidado e preservação dos rios. São também espaços de resistência e sororidade frente à exclusão histórica de mulheres dos espaços formais de tomada de decisão.

O conhecimento tradicional dessas mulheres, aliado às experiências cotidianas, oferece uma compreensão integral da relação ser humano-natureza. São saberes que envolvem não apenas o manejo dos recursos, mas também uma ética de respeito, espiritualidade e equilíbrio com o meio. Esses conhecimentos, no entanto, estão ameaçados principalmente pela migração de jovens na busca por novas oportunidades, pela degradação ambiental e pela falta de valorização institucional.

Os relatos revelam ainda como o enfrentamento das mulheres em contextos de disputa por voz e legitimidade se associa a uma força política. Mesmo diante de falas silenciadas, elas seguem ocupando espaços, criando narrativas, reivindicando seus direitos e mostrando que têm muito a dizer sobre as águas e os territórios que habitam. Assim, reconhecer o protagonismo feminino na governança das águas exige romper com visões tecnocráticas e patriarcais que desconsideram as dimensões sociais e culturais da gestão hídrica. Também é necessário o comprometimento com a equidade de gênero, o fortalecimento das organizações de base, o respeito às tradições e a valorização dos saberes locais.

Escutar as mulheres e garantir seus espaços de atuação é fundamental para a construção de um modelo de governança hídrica mais justo, inclusivo e sustentável.

Referências bibliográficas

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.
- CARDOSO, M. L. M. **A demografia das águas na sua prática: O caso dos comitês de bacias hidrográficas de Minas Gerais**. Museu Nacional, 2003.
- DA SILVEIRA, Rodrigo Eurípedes; SANTOS, Álvaro. Gravidez na adolescência e evasão escolar: revisão integrativa da literatura. **Rev. enferm. atenção saúde**, p. 89-98, 2013.
- DE SOUZA, Joseane; MARINHO, Azula Marina Couto. As águas onde pescam as mulheres: uma análise das invisibilidades e desigualdades na atividade pesqueira nos municípios produtores de Petróleo da Bacia de Campos. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 26, 2021.
- DICTORO, V. P.; HANAI, F. Y. Relações Humanas com a Água: Perspectivas para Novas Abordagens na Sensibilização e Educação Ambiental. In: AGUILERA, J. G.; ZUFFO, A. M. (Eds.). **Enfoque Interdisciplinar na Educação Ambiental**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2019.
- FALCÃO, Symone Maria Pancrácio; DE MOURA, Micaella Raíssa Falcão; DE HOLANDA, Romildo Morant. O engajamento de juventudes na gestão das águas: desafios e perspectivas na bacia hidrográfica do rio Capibaribe. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 3, p. 50-68, 2020.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, Claudia Lee Williams. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Ed. da UFRGS, 2000.
- FUNARI, J. N.; PEREIRA, M. C. DE B. Caminhos das Águas no Sertão no Pajeú: contribuições e lutas das mulheres camponesas na construção de uma convivência transformadora com o semiárido brasileiro. **Revista Pegada**, v. 18, n. 3, p. 124–152, 2017.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desigualdades de gênero no Brasil**: indicadores e análises. Brasília: IPEA, 2019.
- JACOBI, P. R.; EMPINOTTI, V.; TOLEDO, R. F. Gênero e meio ambiente. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 1, 2015.
- KOBELINSKI, Milena. **Feminização da pobreza e famílias monoparentais: reflexões sobre os impactos dessa relação na vida das mulheres-mães**. Universidade de Caxias do Sul, 2021.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero-Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, p. 871-887, 2010.

MACK, N. et al. **Qualitative research methods: A data collector's field guide**. USAID, Family Health International, 2005.

MATOS, F.; MODAELLI, S. (org.). **Mulheres Pela Água**. São Paulo: REBOB, 2021.

MELO, L. A. **Relações de Gênero na Convivência com o Semi-árido Brasileiro: a água para o consumo doméstico**. In: II Congresso Iberoamericano sobre Desarrollo y Medio Ambiente, 2005, Puebla - México, 2005.

MILLER, G. T. J. **Living in the Environment Part I - International Student Edition**. 13. ed. [s.l.] Thomson Brooks/Cole, 2004.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

NETO, M. I. D; JARDIM, G. S. A fonte que nunca seca: o trabalho cotidiano de mulheres com a água no Semiárido. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), São João del-Rei, 2015. p. 155-169.

OCHANDO, M. B. Estrategias de búsqueda experta en Google. In: **Libros y manuales de la Documentación nº 7**), 2017. p. 110.

OLIVEIRA, Ana Carolina Silva Cabral de. **A interseccionalidade no acesso a água e ao saneamento básico: a existência da desigualdade de gênero, cor e raça**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

OLIVEIRA, Rhoana Lersch. PRECARIEDADE MENSTRUAL E INTERSECCIONALIDADE: O ESTADO BRASILEIRO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **ANAI DO SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERSECCIONALIDADES**, v. 1, n. 1, p. 3-3, 2021.

ROSA, A. M. R. et al. A Desigualdade De Gênero E A Efetivação Do Direito Humano De Acesso À Água Para As Mulheres. **REPATS**, v. 6, n. 1, p. 92–114, 2019.

ROSA, Alexsandra Matilde Resende; GUARDA, Vera Lúcia de Miranda. Gestão de recursos hídricos no Brasil: um histórico. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 9, n. 2, 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Revista estudos feministas**, v. 9, n. 02, p. 515-540, 2001.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Editora Ufrj, 2015.

SILVA, Fátima Cristina Cunha Maia et al. A Luta das Pescadoras Artesanais da Ilha de Maré em Defesa do seu Território. **revista ANTHROPOLÓGICAS**, p. 111, 2021.

SOARES, D. N. Módulo II - Articulação entre Gênero e Água. In: **Água e Gênero**. Brasília: ANA - Agência Nacional de Águas, p. 12. 2019

SOUZA, C. M. S. et al. Gestão das águas e governança: panorama da produção científica brasileira de 1999 a 2019. **Redes**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 1144-1163, 28 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v25i3.15218>.

TEIXEIRA, Maria Santana dos Santos Pinheiro; AMORAS, Maria do Socorro Rayol. A INTERSECCIONALIDADE COMO CHAVE ANALÍTICA PARA A LUTA ANTICOLONIAL DAS MULHERES NEGRAS NA AMAZÔNIA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 14, n. Ed. Especi, p. 46-67, 2022.

TUNDISI, J. G. Governança da Água. **Revista UFMG**, v. 20, n. 2, p. 222–235, 2013.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

WHITAKER, Dulce C. A. et al. “A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura?”. In WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Wenceslau: Letras à Margem, 2002, pp. 115-200.

WMO. **The Dublin State Rent and Report of the Conference on Water and the Environmental: Development Issues for the 21st Century**, 26-31, Dublin: Ireland, January 1992.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA

A gestão e a conservação das águas: perspectivas e contribuições femininas

A pesquisa demonstrou que existem vários, diferentes, valiosos e importantes conhecimentos e visões femininas relacionadas à gestão e à conservação das águas. As relações de pertencimento, respeito, saberes tradicionais e enfrentamento são algumas das mais potentes. Pesquisas como essas demonstram como as visões e os esforços das mulheres devem ser reconhecidos, estudados e valorizados, independentemente da região ou país. A incorporação da perspectiva de gênero propõe abranger a participação de mulheres e homens em todas as etapas de tomadas de decisão, vislumbrando-se alternativas para diminuição destas assimetrias.

Observa-se atualmente ainda a persistente discrepância das relações desiguais da participação das mulheres na gestão de recursos hídricos, perpassando por variados campos, contextos, níveis de controle e de acesso, em se tratando das relações que ambos os gêneros têm com a água.

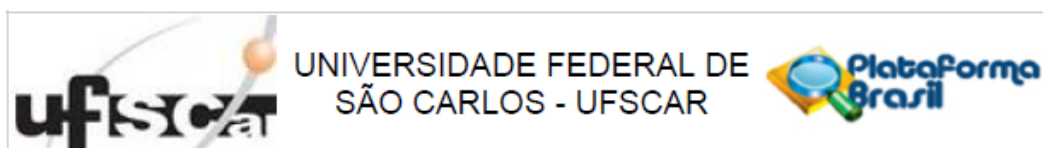
Sendo assim, se fazem necessários rearranjos da relação mulher-água, na qual sejam consideradas as diferentes relações e perspectivas das mulheres, e que ocorram maior empoderamento feminino e incentivos à equidade de gênero. Almeja-se maior inclusão feminina (diminuindo as assimetrias) nos processos de gestão e de conservação da água, possibilitando e impulsionando a equidade de gênero e suas relações com a governança da água.

Heleieth Saffioti afirma, desde 1999, que estamos muito longe de ter completado a tarefa de reconstituição da história da mulher. Como o conhecimento da própria história contribui para o empoderamento de uma categoria social, penso que teremos muito a fazer. Considerando o feminismo como uma perspectiva político-científica, cujo objetivo não consiste apenas em ampliar o acervo de saberes, mas também em criar mecanismos políticos para a construção da igualdade social entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 1999, p. 160).

ANEXOS

Anexo A

APROVAÇÃO DO PROJETO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RELAÇÕES DAS MULHERES COM OS RIOS E AS NASCENTES: PERSPECTIVAS DA VISÃO FEMININA PARA GESTÃO E A CONSERVAÇÃO DA ÁGUA

Pesquisador: FERNANDA VALE DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 63137822.0.0000.5504

Instituição Proponente: Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.006.104

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (:PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2007638.pdf, versão 3, de 15/03/2023) e/ou do Projeto Detalhado (PROJETO_DETALHADO_VERSAO_3.pdf, de 15/03/2023):

RESUMO: A água é um recurso fundamental nos aspectos ambientais, ecológicos, econômicos e políticos e, com o aumento de sua demanda, as relações humanas com água passaram a ser direcionadas à visão apenas utilitarista. No entanto, existem diversas relações humanas com a água, que envolvem relações sociais e culturais, que têm sido esquecidas e, dentre elas, a relação mulher-água se faz presente, mas ainda pouco valorizada. São notáveis as assimetrias de gênero no controle, acesso e uso de recursos, bem como maior participação masculina em cargos públicos e de tomadores de decisão. Devido ao importante papel que as mulheres exercem na gestão e conservação da água, fez-se necessário o resgate de suas relações e das percepções femininas sobre a água, questionando-se sobre as desigualdades de suas relações com os recursos hídricos no Brasil. Posto isso, a presente pesquisa objetivou investigar, identificar e analisar as diferentes relações das mulheres com os rios e as nascentes de água, assim como as perspectivas femininas para melhor gestão e conservação das águas. Para tanto, foi realizada uma Revisão Bibliográfica Sistemática, além de estudos de casos com protagonistas femininas envolvidas com as águas, os rios e as nascentes, por intermédio da aplicação de entrevistas. Para a



Continuação do Parecer: 6.006.104

encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2007638.pdf	15/03/2023 17:17:51		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_VERSAO_2.pdf	15/03/2023 17:15:34	FERNANDA VALE DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_versao_3.pdf	15/03/2023 17:15:00	FERNANDA VALE DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_versao_2.pdf	17/01/2023 16:59:18	FERNANDA VALE DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Fernanda_Vale_assinado_versao_2.pdf	13/01/2023 16:03:50	FERNANDA VALE DE SOUSA	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	11/01/2023 17:49:06	FERNANDA VALE DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 17 de Abril de 2023

Assinado por:
Sonia Regina Zerbetto
(Coordenador(a))

APÊNDICES

Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Mestranda em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação da UFSCar.

Pesquisadora Responsável: Fernanda Vale de Sousa

End.: Rua Iwagiro Toyama, 96. Apt 11. Jardim Paulistano, São Carlos-SP.

Telefone: (91) 992508873

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa “RELAÇÕES DAS MULHERES COM OS RIOS E AS NASCENTES: PERSPECTIVAS DA VISÃO FEMININA PARA GESTÃO E A CONSERVAÇÃO DA ÁGUA”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCam) da UFSCar. Nesse estudo, objetiva-se estudar e identificar as relações das mulheres com os rios e as nascentes de água, a fim de reconhecer e alcançar mulheres protagonistas, visando analisar suas respectivas visões e percepções para a gestão e conservação da água.

A sua participação nesse estudo não implica em nenhum custo para você, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecida sobre todos os aspectos do estudo e estará livre para participar, recusar e interromper a sua participação. A sua participação é voluntária e não acarretará nenhuma penalidade ou modificação na forma em que é atendida pela pesquisadora.

A pesquisadora irá tratar sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. A Sra. não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar desta pesquisa.

Eu, _____, fui informada dos objetivos do estudo “RELAÇÕES DAS MULHERES COM OS RIOS E AS NASCENTES: PERSPECTIVAS DA VISÃO FEMININA PARA GESTÃO E A CONSERVAÇÃO DA ÁGUA”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

São Carlos, ____ de _____ de 2021.

Nome da participante:

Assinatura

Apêndice B

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA APLICADO ÀS MULHERES PROTAGONISTAS FEMININAS

1. Você poderia contar um pouco da sua história (infância/contato) e qual sua relação com as águas, rios e nascentes?
2. Qual a motivação para pesquisar/atuar/se envolver sobre águas/água e gênero?
3. Quais são as relações e visões (gerais) das mulheres das águas, rios e nascentes? Qual a importância destas relações e visões?
 - 3.1 Quais são suas percepções, visões, relações com às águas? Essas percepções, visões, relações influenciam nas suas ações e atuação como pesquisadora/gestora/líder?
4. Você conhece ou já escutou histórias (acontecimentos, situações, casos) de mulheres e suas relações com as águas, rios e nascentes? Quais?
5. Quais conhecimentos tradicionais, experiências, abordagens femininas relacionadas a águas, rios e nascentes que auxiliam na atuação na gestão e conservação de águas?
 - 5.1 Quais são seus sentimentos, conhecimentos tradicionais específicos e vínculos íntimos (hábitos/tradições/crenças) relacionados à água? Esses conhecimentos, sentimentos, vínculos influenciam nas suas ações e atuação como pesquisadora/gestora/líder?
6. Você acha que as relações simbólicas e culturais femininas são importantes para a conservação das águas, dos rios e das nascentes? Como você acha que essas relações podem ajudar?
7. Você participa de alguma instituição relacionada à água (cargos, comitês, usuários, associações etc)?
8. Qual seu papel na gestão de águas?

9. Você tem pesquisas/projetos/ações relacionadas à participação de mulheres nos comitês de bacia/órgãos/instituições do Brasil, pode falar sobre sua experiência quanto?

10. Qual a importância da participação e do protagonismo feminino na gestão e conservação das águas?

11. Você enfrenta dificuldades quanto à ocupação de lugar/espço para fala e tomada de decisão no seu ambiente de trabalho/acadêmico/na comunidade? Quais?

12. Você percebe diferença na quantidade de homens e mulheres na instituição que participa? Como é essa diferença? Você percebe maior participação e mais espaço de fala para homens na instituição ou em sua comunidade? Por que você acha que isso acontece?

13. Você acha que é possível haver equiparação de gênero nas instituições de recursos hídricos e nos processos de tomada de decisões? Como é possível isso acontecer?

14. Na instituição ou na comunidade há algum setor/espço em que tenha mais participação feminina? Seja em movimentos sociais e/ou ambientais?

15. Como o cenário político/contexto social influencia nas relações e nas participações das mulheres com as águas, rios e nascentes?

16. Quais desafios a serem enfrentados você identifica na participação de mulheres nos espaços de tomadas de decisão? E na mobilização dessas mulheres? Quais ações você considera necessárias para maior inserção da perspectiva de gênero na gestão de águas? E para aumentar a participação das mulheres na gestão?

17. Na condição de gestora, o que você faria para mobilizar mulheres e inserir a perspectiva de gênero na instituição/comitê/comunidade que participa? E para reduzir a desigualdade de gênero?

18. Perfil:

18.1 Idade

18.2 Cidade/comunidade onde mora

18.3 Escolaridade

18.4 Profissão/atuação

18.5 Participa como líder/ativista/protagonista em alguma instituição?

18.6 Mora perto de rios ou nascentes?

18.7 É a responsável familiar?

18.8 Possui filhos?

18.9 Quantas mulheres na família